



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 1 de 51

EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama Sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso n.º 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC), em conformidade com as descrições e detalhamentos técnicos informados no Termo de Referência/Projeto Básico e demais documentos que acompanham o referido processo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.530.224,30

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/05/2026** às **10:30h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 2 de 51

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO	6
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	15
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
9.	DO TERMO DE CONTRATO.....	32
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	33
11.	DOS RECURSOS	34
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	35
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	38
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	39



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 3 de 51

(Processo Administrativo n.º 3.069/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada para Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama Sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso n.º 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC), em conformidade com as descrições e detalhamentos técnicos informados no Termo de Referência/Projeto Básico e demais documentos que acompanham o referido processo.

1.2. A licitação será por menor preço global, conforme projetos arquitetônicos e complementares constantes do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante observar todos os itens para a composição do preço global da sua proposta.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

- ✓ Anexo I: Projeto Básico/ Termo de Referência;
- ✓ Anexo II: Minuta de Contrato;
- ✓ Anexo III: Modelo de Carta de Apresentação da Proposta de Preços;
- ✓ Anexo IV: Planilhas Orçamentarias;
- ✓ Anexo V: Relação da Equipe Técnica Mínima e Declaração de Autorização de Inclusão;
- ✓ Anexo VI: Relação dos Equipamentos Mínimos;
- ✓ Anexo VII: Modelo de Declaração de Visita;
- ✓ Anexo VIII: Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP);



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 4 de 51

- ✓ Anexo IX: Estudo técnico Preliminar - ETP;
- ✓ Anexo X: Matriz de risco;

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. No Lote Único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 5 de 51

2.7.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 6 de 51

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 7 de 51

ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 8 de 51

- 4.8.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.4 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.8.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 9 de 51

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor global ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 10 de 51

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 11 de 51

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais)

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 12 de 51

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.20. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 13 de 51

6.23. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.24. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação/Comissão.

6.25. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.28. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.29. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.30. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.31. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5%



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 14 de 51

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.32. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.33. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.34. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.35. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.36. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.37. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.38. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.39. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.40. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.41. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.42. empresas brasileiras;

6.43. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.44. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 15 de 51

6.45. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.46. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.47. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.48. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.50. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.51. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.52. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 16 de 51

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 Contiver vícios insanáveis;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 17 de 51

7.8.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 18 de 51

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 19 de 51

8.1.2 Habilitação Jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual; e/ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Termo de Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (quando houver a participação através de consórcio);
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- e) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 20 de 51

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.3.1 Declarações:

- a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (Fundamento: Art. 68, VI – documento relativo a habilitação fiscal, social e trabalhista);
- b) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Declaração de Visita), (Fundamento: art. 67, inciso VI c/c § 2º e § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021);
- c) Entre outras declarações pertinentes, ficando a critério da Comissão de Contratação.

Nota: O Agente da Contratação e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação poderão proceder à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

8.1.3.2 Comprovação da Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL;

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 21 de 51

- b) Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>);
- c) O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8.1.4 Qualificação Econômico-Financeira,

- a) Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, expedida nos últimos 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

Observação: No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o Art. 69 da Lei 14.133/2021.

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 22 de 51

- d) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f) O Agente de Contratação poderá enviar o processo licitatório ao setor técnico pertinente, para manifestação sobre a situação da qualificação econômico-financeira, a ser proferida por profissional da área de contabilidade.

8.1.5 Qualificação Técnica

A qualificação técnica da licitante vencedora será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente, na entidade profissional competente. Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.
 - a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais);
 - a.2) Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros;
 - a.3) Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos;
 - a.4) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.
- b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 23 de 51

técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

Item	Discriminação
12.4	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA AF 09/2020
14.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO.
20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES.

b.1) A comprovação de vínculo profissional se fará:

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou
- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

a. Para fins de habilitação técnico-operacional.

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**.

c.2) **Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado**, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 24 de 51

CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo.

Item	Discriminação	Unid.	Quant.
12.4	PISO DE BORRACHA ESPORTIVA ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA AF 09/2020	M ²	71,42
14.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM ARMADO PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8CM ARMADO.	M ²	306,76
20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 020M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES.	M ²	26,38

Observações IMPORTANTES quanto aos atestados e itens de maior relevância:

a) Solicita-se, que na apresentação dos atestados, grife ou destaque os itens de maior relevância conforme solicitado acima. Esta solicitação facilita a verificação por parte da equipe técnica do Município, e da celeridade ao processo.

b) No que diz respeito a “serviços compatíveis ou características semelhantes” a empresa deverá observar a especificação técnica na qual os serviços realizados e materiais empregados respeitam as normas técnicas dos itens de maior relevância.

c) Para o item

c.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 25 de 51

d) Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (item c) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado as planilhas orçamentárias.

Notas:

I - A fim de comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

II - Para fins de qualificação técnico-operacional, **será vedada a apresentação de CAT Sem Registro de Atestado**

III - Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;

IV - Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.

d) Relação De Equipe Técnica Mínima

d.1) A licitante deverá por meio de declaração formal, informar que disporá da seguinte relação de equipe técnica mínima:

Quant.	Discriminação
01	Engenheiro Civil ou Arquiteto
02	Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho

OBSERVAÇÃO: Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor dos atestados e/ou certidões, registros de qualificação técnica apresentados, bem como, quaisquer outros pertinentes. Não é permitido que um profissional atue como Responsável Técnico em mais de uma empresa no mesmo processo licitatório.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 26 de 51

d.2) Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão;

d.3) A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

d.3.1) Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

d.4) Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

d.4.1) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

d.4.2) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

d.5) Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

d.6) Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda, observado o prazo disposto contido pelo edital;

d.7) O Agente de Contratação encaminhará os documentos de habilitação da Qualificação Técnica à Secretaria Mun. De Planejamento, para análise e parecer técnico, a ser proferida por profissional da área de engenharia.

e) VISITA TÉCNICA

e.1) As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o (s) responsável (eis) da Secretaria Municipal de Planejamento -



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 27 de 51

SEPLAN, entidade responsável pela fase interna da licitação, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

e.2) As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à Secretaria Municipal de Planejamento- SEPLAN, podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

e.3) Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h00 às 14h00, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail : planejamentotarauaca@gmail.com e/ou setordelicitacoestk2@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000. Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços.

d.4) **A visita não é obrigatória**, mas aquele que optar por não a realizar firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo deste edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço, **conforme Modelo Anexo VII.**

e.5) A empresa participante deverá apresentar nos documentos de habilitação a vistoria que trata a subalínea “d.1”, ou a declaração de pleno conhecimento das instalações e demais que trata o subalínea “d.4”, sob pena de **INABILITAÇÃO.**

f) Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento à alínea “a”, acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe, conforme modelo Anexo V, exceto quando o profissional for o sócio;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 28 de 51

g) Apresentar declaração formal de disponibilidade da Relação da Equipe Técnica Mínima de acordo com o **Anexo V**, e a **Relação de Equipamentos Mínimos** de acordo com o **Anexo VI**;

h) Declaração de compromisso da licitante em manter, na condução da obra, o profissional cujo(s) atestado(s) venha(m) a atender a exigência da alínea “c”;

i) Declaração expressa da licitante de que não possui nenhum servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação que seja sócio, integre o corpo diretivo ou conselho da empresa ou que pertença a seu quadro de funcionários ou integre o seu quadro técnico;

8.2. E demais exigências solicitadas no Projeto Básico / Termo de Referência – ANEXO I, DO EDITAL.

8.2.1 A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.2.2 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação da comissão de contratação, **sob pena de inabilitação**.

8.2.3 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: xxxxxxxxxx_@gmail.com, a critério da comissão de contratação.

8.2.4 Para tanto, a comissão de contratação fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado

8.2.5 Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela da comissão de contratação, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”

8.2.6 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail xxxxxxxxxxxx@gmail.com, dentro do prazo estabelecido

8.2.7 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 29 de 51

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.2.8 Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

8.2.9 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

8.2.10 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

8.2.11 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

8.2.14 Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.2.15 A comissão de contratação **poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

8.2.16 A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

8.2.17 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.2.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, a comissão de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

8.2.19 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, a comissão de contratação declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 30 de 51

8.2.20 A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública da Concorrência constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

8.2.21 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.22 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.1.23 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, exigida no Termo de Referência/Projeto Básico, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.24 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 31 de 51

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

8.14 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.15 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.17 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 32 de 51

8.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.19 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.20 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.21 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.22 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.

8.23 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.25 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DO TERMO DE CONTRATO

9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 33 de 51

(AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 *Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 34 de 51

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 35 de 51

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [::Portal das Licitações::](#). TCE-AC .

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 36 de 51

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 37 de 51

12.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 38 de 51

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 39 de 51

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7 A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pela comissão de contratação nos autos do processo de licitação.

13.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema Compras.gov.br <http://www.gov.br/compras/pt-br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pela comissão de contratação.

13.9 Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 65 do Decreto Municipal nº. 129 de 26/12/2023.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 40 de 51

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

Tarauacá/AC, 30 de abril de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 41 de 51

ANEXO I DO EDITAL- PROJETO BASICO/TERMO DE REFERÊNCIA

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 42 de 51

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUCÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 43 de 51

ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF.: CONCORRÊNCIA n.º ____/2026

_____(nome da licitante)_____, inscrita no CNPJ n.º_____, sediada na _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da licitação em epígrafe, vem apresentar proposta de preços para execução do objeto licitado através da presente licitação, conforme abaixo relacionado:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	VALOR
1		

Dados Bancários:

Banco: _____;

Agencia: _____

Conta: _____.

A validade desta proposta é de _____ (_____) dias.

Declaro que os valores apresentados englobam todos os custos operacionais do fornecimento, incluindo frete, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral dos serviços, sem que caiba direito de reivindicar custos adicionais a contratante.

_____ - _____, _____ de _____ de 2026.

Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

- 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante; 2
- 2) O prazo mínimo de validade da proposta será de 60 dias a contar da sessão pública.
- 3) Deverá ser apresentado juntamente com a proposta de preços todas as Planilha orçamentárias assinadas por profissional habilitado, conforme exigências do edital (da apresentação da proposta de preços), da fase de julgamento das propostas e demais exigências do edital



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 44 de 51

ANEXO IV – PLANILHAS ORÇAMENTARIAS

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 45 de 51

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, BEM COMO DA QUALIFICAÇÃO DE CADA MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELOS TRABALHOS. (CONFORME EXIGÊNCIA CONSTANTE NO ART. 67, III, LEI 14.133/2021)

Ref.: CONCORRÊNCIA N.º ____/2026

A empresa _____(nome da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº._____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da licitação em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que por ocasião da contratação, disporá do PESSOAL TÉCNICO necessários e suficientes para a realização do objeto da licitação, conforme abaixo relacionados:

QUANT.	PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO
01		XXXXXXXX
01		XXXXXXXXXX

OBS.: A apresentação da relação de equipe técnica é obrigatória e deverá fazer parte da documentação.

Local, de de 2026.



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90008/2026

Página 46 de 51

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INCLUSÃO

Eu, _____ (Profissão) Registro _____ autorizo minha
inclusão na equipe técnica.

Local e data

Assinatura do Profissional

Eu, _____ (Profissão) Registro _____ autorizo minha
inclusão na equipe técnica.

Local e data

Assinatura do Profissional

Nota: A apresentação da relação de equipe técnica e da declaração de inclusão é obrigatória e deverá fazer parte da documentação, conforme dispõe o inciso III do art. 67º da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E
CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
(conforme exigência constante no art. 68, VI, Lei 14.133/2021)

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. ____/2026

A empresa _____(nome da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº._____, sediada na _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Concorrência em epígrafe, DECLARA expressamente, sob a penas da lei que:

- a) até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, e do Inciso VI do Artigo 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- c) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 2026.
Local

Assinatura do representante legal da empresa

Notas: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado que identifique o Licitante;

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (DECLARAÇÃO DE VISITA

A Prefeitura Municipal de Tarauacá

Ref: Concorrência Nº/2026

A empresa _____ (nome da empresa) CNPJ nº _____ com sede na cidade de _____, Estado _____ situada na Rua (Av.) _____, no Bairro _____, CEP _____, através de seu responsável técnico Sr. _____, título profissional _____, DECLARA de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra e do local onde a mesma será executada, para fins de participação no processo licitatório CONCORRÊNCIA nº...../2025, e que tomou conhecimento de todos os aspectos que podem influir direta e indiretamente em sua execução e ainda, que não alegará posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que vier a celebrar, caso seja a vencedora.

Local e data

Assinatura do Responsável Técnico Registro Profissional

OU

_____ (nome da empresa) CNPJ nº _____ com sede na cidade de _____, Estado _____ situada na Rua(Av.) _____, no Bairro _____, CEP _____, **declinou da visita técnica**, e que neste caso, tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, sob as penalidades da lei.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO VIII DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENSA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

Comissão Permanente de Contratação – CPC

Concorrência Eletrônica N.º ____/____.

_____(nome da empresa)_____, CNPJ nº_____, sediada em (endereço completo)_____, declara, sob sua exclusiva responsabilidade penal e civil, que nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e suas alterações, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. E que está apta para receber o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei, porque na data da abertura da licitação está classificada como:

() Microempresa - ME – receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00.

() Empresa de Pequeno Porte - EPP - receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

**ANEXO IX DO EDITAL – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:**

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>

ANEXO X DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

SERÁ DISPONIBILIZADO POR MEIO DIGITAL NO SITE:

<http://www.gov.br/compras/pt-br/>

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFEÊNCIA

Termo de Compromisso nº 986844/2025 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) / Ministério do Esporte.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Projeto Básico tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, no Bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC),** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



Imagem Ilustrativa do projeto

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - Os serviços a serem prestados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Estudo Técnico Preliminar por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, **como serviço comum de engenharia**, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021. Considera-se serviço comum de engenharia, tendo

em vista tratar-se de objeto com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com base em projeto padronizado e especificações usuais de mercado, não demandando soluções técnicas inovadoras ou de elevada complexidade.

2. LOCAL DA OBRA

2.1. A obra/serviços será executada na Avenida Tancredo Neves, bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre.



Imagem: Localização

Coordenadas geográficas: Latitude: - 08.14867 e Longitude: -70.77323

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 3.1 **Modalidade da Licitação:** Concorrência;
- 3.2 **Regime de Contratação:** Empreitada por Preço Unitário;
- 3.3 **Forma:** Eletrônica;
- 3.4 **Modo de Disputa:** aberto;
- 3.5 **Critério de julgamento:** Menor preço;
- 3.6 **Tipo de Serviço:** Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

3.7 Tipo de Obra: Construção

3.8 Data Base do Orçamento: SINAPI – 12/2025

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, no Bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC)	Construção	REF. 01: SINAPI – 12/2025	R\$ 1.530.224,30

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O presente Projeto Básico consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento: O referido processo tem fundamento na Lei 14.133/2021 de 1ª de abril de 2021, o Decreto Municipal 129/2023 de 26/12/2023, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 – A presente contratação tem por finalidade a construção de um Espaço Esportivo Comunitário, visando atender à demanda por infraestrutura adequada para práticas esportivas, recreativas e de lazer no município. A iniciativa busca promover inclusão social, melhoria da qualidade de vida e incentivo à prática de atividades físicas.

5.2 - A demanda decorre de Termo de Compromisso firmado com o Governo Federal, cujo projeto foi previamente aprovado pelo órgão concedente, não havendo discricionariedade da Administração quanto à concepção da solução.

5.3 - O município enfrenta limitações na oferta de espaços públicos adequados para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, o que compromete o atendimento das demandas da população, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

5.4 - A insuficiência de infraestrutura apropriada impacta diretamente na promoção da saúde, na qualidade de vida e na inclusão social, dificultando o acesso da comunidade a atividades que contribuem para o desenvolvimento físico, social e educacional. Além disso, a ausência de ambientes estruturados para convivência comunitária pode potencializar situações de vulnerabilidade social e reduzir as oportunidades de integração e bem-estar coletivo.

5.5 - Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados ao esporte e lazer, de modo a atender ao interesse público, fomentar políticas sociais e promover melhores condições de vida à população, em consonância com as diretrizes governamentais e compromissos assumidos por meio da Proposta nº 986844/2025 – Transferegov, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

 <p>MINISTÉRIO DO ESPORTE TRANSFEGOV</p>	
Nº / ANO DA PROPOSTA:	
064473/2025	
NÚMERO DA PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO:	
51000601202/2025	
OBJETO:	
Construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá/AC.	
CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:	
Com a proposta, buscamos promover o esporte amador, educacional, de lazer, por meio da disponibilização à população de infraestrutura esportiva moderna e adequada à prática e promoção do esporte, resultando na consecução dos interesses do Ministério do Esporte em ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.	
RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:	
Por meio desta intervenção, o Município pretende oferecer um espaço adequado à população para a prática de esporte e lazer, contribuindo para diminuição da exclusão e do risco social; melhorando a qualidade de vida e garantindo acessibilidade a espaços esportivos modernos, em consonância com os objetivos e diretrizes do Programa no que se refere à ampliação da oferta de infraestrutura esportiva e promoção do esporte.	
PÚBLICO ALVO:	
Crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, terceira idade, escolas do município.	
PROBLEMA A SER RESOLVIDO:	
A implantação do objeto irá possibilitar a melhoria da infraestrutura esportiva e com isso ampliar a oportunidade da prática de atividades esportivas e de lazer aos jovens, crianças, adultos, idosos e de pessoas com deficiência, bem como da população em geral do nosso município.	
RESULTADOS ESPERADOS:	
Com a implantação do objeto esperamos ampliar a prática esportiva educacional e de lazer em nosso município e com isso contribuir para o bem-estar e melhoria na qualidade de vida e saúde da nossa população.	
1 - DADOS DO CONCEDENTE	
CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:
51000	MINISTÉRIO DO ESPORTE
CPF DO RESPONSÁVEL:	NOME DO RESPONSÁVEL:
039.507.883-01	ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	CPF DO RESPONSÁVEL:
Acesso	72000-000

Imagem do Plano de Trabalho/ Proposta - Novo PAC

5.6 - A necessidade identificada materializa-se na implantação de um espaço público estruturado e multifuncional, com área total de aproximadamente 3.000,00 m², destinado à prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, com capacidade de atender de forma adequada e contínua a população local.

5.7 - O ambiente deverá ser concebido de forma integrada, contemplando diferentes modalidades e usos, de modo a atender públicos de distintas faixas etárias. Nesse sentido,

prevê-se a disponibilização de áreas específicas para práticas esportivas coletivas, atividades recreativas infantis e espaços voltados ao convívio social e à promoção da saúde.

5.8 - A estrutura proposta deverá incluir campo de futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil, áreas ajardinadas e pista de caminhada (Tipo A), possibilitando a diversificação das atividades ofertadas e ampliando o acesso da comunidade a equipamentos públicos de qualidade.

5.9 - Além disso, a configuração do espaço deverá priorizar aspectos de acessibilidade, segurança e funcionalidade, garantindo condições adequadas de uso, conforto e permanência dos usuários, bem como incentivando a ocupação regular do espaço público.

5.10 - Dessa forma, a implementação desse equipamento público visa atender de maneira efetiva às demandas identificadas, contribuindo para a promoção do bem-estar social, fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer e melhoria da qualidade de vida da população.

5.11 - A contratação destina-se a execução dos serviços, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes itens:

RESUMO DO ORÇAMENTO	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO
I	CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA
1	FUNDAÇÃO
2	PAVIMENTAÇÃO
3	ESTRUTURA
4	ALVENARIA E FECHAMENTO
5	REVESTIMENTO
6	PINTURA
7	EQUIPAMENTOS

II	MEIA QUADRA DE BASQUETE
8	FUNDAÇÃO
9	PAVIMENTAÇÃO
10	EQUIPAMENTOS
III	PARQUINHO INFANTIL
11	FUNDAÇÃO
12	PAVIMENTAÇÃO
13	EQUIPAMENTOS
IV	PISTA DE CAMINHADA
14	PAVIMENTAÇÃO
15	PINTURA
16	PAVIMENTAÇÃO
V	IMPLANTAÇÃO GERAL
17	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
19	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
20	DRENAGEM
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Imagem do Resumo do orçamento / Planilhas do Projeto

5.12 - Os serviços acima descritos abrangem todas as etapas necessárias para a completa execução da obra, garantindo a funcionalidade, segurança e durabilidade, conforme previsto no termo de compromisso e nos projetos técnicos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução com um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Projeto Básico.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A contratação deverá observar os requisitos técnicos, legais, operacionais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade do empreendimento.

7.2 - Do ponto de vista técnico, exige-se que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada na execução de obras, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto. Deverá, ainda, dispor de equipe técnica qualificada, incluindo

profissional habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que atuará como responsável técnico pela obra. A execução deverá obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como às especificações constantes no projeto básico e/ou executivo, contemplando todos os serviços previstos.

7.3 - No aspecto legal, a contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais legislações correlatas, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e exigências dos órgãos de controle e fiscalização. A empresa contratada deverá estar regular quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, além de apresentar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços.

7.4 - Quanto aos requisitos operacionais, a execução deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos, conforme cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada mobilização de equipe, equipamentos e insumos. Deverá ainda assegurar a organização do canteiro de obras, a gestão de resíduos e a mitigação de impactos durante a execução.

7.5 - No que se refere à acessibilidade e segurança, o empreendimento deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como adotar medidas que assegurem a integridade física dos usuários.

7.6 - Adicionalmente, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso racional de recursos naturais e assegurem a adequada destinação de resíduos.

7.7 - Por fim, a contratação deverá estar em conformidade com as condições e exigências estabelecidas na Proposta nº 986844/2025 – TransfereGov, assegurando o cumprimento das metas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos.

7.8 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

7.9 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

7.10 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

7.11 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das legislações pertinentes aplicáveis para execução de todos os serviços na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Observância às diretrizes da Portaria Interministerial nº 424/2016, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 32, de 4 de junho de 2024;
- j) Execução de todos os serviços remanescentes conforme projeto executivo aprovado, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- k) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- l) Dos serviços a serem executados, dos materiais e a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do projeto, do memorial descritivo e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- m) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra está estabelecido no orçamento através do cronograma físico e financeiro;
- n) Termo de Compromisso nº 986844/2025 (Ministério do Esporte) – requisitos e condicionantes previstos no instrumento, especialmente no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas e observância do plano de trabalho.
- o) Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme legislação vigente.

- p) O prazo de execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de início da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos legais, desde que devidamente justificado.
- q) Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos de engenharia, especificações técnicas e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo qualidade, segurança, acessibilidade e durabilidade da obra.

7.12 - Requisitos Operacionais

- ❖ Cumprimento do cronograma físico-financeiro estabelecido;
- ❖ Disponibilização de equipe técnica qualificada e equipamentos adequados;
- ❖ Organização e manutenção do canteiro de obras;
- ❖ Adoção de práticas que assegurem a continuidade e qualidade da execução.

7.13 - Requisitos de Qualidade

- Utilização de materiais de primeira qualidade, atendendo às especificações técnicas do projeto.
- Execução dos serviços com observância aos padrões de desempenho e durabilidade esperados para obras de construção.
- Controle tecnológico dos materiais e serviços, quando aplicável.

7.14 - Requisitos Ambientais e de Segurança

- Atendimento à legislação ambiental vigente, com adoção de medidas mitigadoras de impactos.
- Destinação adequada de resíduos gerados durante a obra.
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho, garantindo a integridade dos trabalhadores e da população.

7.15 - Requisitos de Acessibilidade

- ❖ Atendimento às normas de acessibilidade, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- ❖ Adequação dos espaços conforme legislação vigente.

7.16 - Requisitos Legais e Administrativos

- ❖ Regularidade Fiscal e Trabalhista: A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- ❖ Garantia Contratual: Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como, a garantia da proposta e adicional (No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida

garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.

- ❖ **Segurança do Trabalho:** A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.
- ❖ **Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:** As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
 - ❖ Redução de desperdícios na construção civil;
 - ❖ Uso eficiente de recursos e energia;
 - ❖ Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
 - ❖ Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

7.17 - Requisitos de sustentabilidade

7.17.1 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

7.17.2 - Dessa forma, a observância dos requisitos de sustentabilidade contribuirá para a execução de uma obra eficiente, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando benefícios duradouros à população e ao meio ambiente.

7.18 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2023 e outros pertinentes definidos no edital.

7.19 - A execução de todas as etapas construtivas referentes à **IMPLANTAÇÃO GERAL** deverá ocorrer em conformidade com a planilha orçamentária, projetos e memoriais descritivos em anexo. Em caso de eventuais incompatibilidades, a empresa **CONTRATADA**

deverá comunicar a Secretaria de Obras para definições pertinentes. Todos os equipamentos, tais com brinquedos, pergolados, bancos, mesas, lixeiras, entre outros, deverão ser instalados considerando-se a devida fixação à base, de modo a garantir proteção contra furtos/extraviamentos.

7.20- Subcontratação

7.20.1 – Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

7.20.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.20.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

7.20.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

7.20.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

7.21- Garantia da Execução Contratação

a. Da Garantia de Execução Contratual

I - Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a

5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.
2. Carta de Fiança Bancária.
3. Seguro Garantia.

II - A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

4. Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.
5. O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 12 (doze) meses, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
6. A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
7. A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.
8. A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
9. Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
10. No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à Prefeitura Municipal de Tarauacá.
11. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.
12. Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais.

Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.

- 13.** No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
- 14.** A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:
- Cópia autenticada do estatuto social do banco;
 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;
 - Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
 - Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.
- 15.** Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:
- A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
 - A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
 - A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
 - A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
 - A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
 - Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
 - O seguro-garantia deverá ser livre de franquias.
- 16.** Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
 - Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
 - Nome e número do CNPJ do SEGURADO (Prefeitura Municipal de Tarauacá).
 - Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).

- Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

17. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Tarauacá como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

18. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Tarauacá.

19. A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Tarauacá, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.

20. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

21. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.

22. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

23. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

24. O prazo para apresentação da garantia será de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021. As demais ficam o prazo contado de até 10 (dez) dias a contar da data de homologação da licitação.

25. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021.

26. O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.

27. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, a Contratada, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

28. A garantia, independentemente da modalidade escolhida, garantirá o pagamento de:

28.1. Prejuízos resultantes do não cumprimento do objeto do contrato e do não cumprimento das demais obrigações nele estabelecidas;

28.2. Prejuízos diretos causados à Administração devido a culpa ou dolo durante a execução do contrato;

28.3. Multas moratórias e punitivas impostas pela Administração à contratada; e

28.4 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS de qualquer natureza, não cumpridas pelo contratado, quando aplicável.

29 - O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato, resultando em atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato de acordo com o inciso I do artigo 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

DA GARANTIA ADICIONAL DO LICITANTE

30 - No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.

7.22 - Vistoria

7.22.1 - As empresas interessadas, por meio de um representante, deverão contatar o (s) responsável (eis) da Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPL, entidade responsável pela fase interna da licitação, para efetuar a visita técnica ao local de execução dos serviços, de modo a constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, não podendo alegar, à posteriori, desconhecimento de qualquer fato.

7.22.2. As visitas técnicas deverão ser agendadas com antecedência junto à Secretaria Municipal de Planejamento- SEMPL, podendo a visita ocorrer em até 3 (três) dias úteis anterior à data da Sessão Pública de abertura das propostas.

7.22.3. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail: planejamentotarauaca@gmail.com ou com documento protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Benjamin Constant, nº 1.200, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000. Na oportunidade da visita, os interessados poderão conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como poderão apresentar questionamentos; quando será fornecido pelo Município Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.22.4. **A visita não é obrigatória**, mas aquele que optar por não a realizar firmará, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O Município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo do edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes a realização do serviço. A vistoria técnica é facultativa. O licitante poderá realizá-la previamente ou, alternativamente, apresentar declaração de pleno conhecimento das condições locais e de execução do objeto, responsabilizando-se integralmente por sua proposta, não podendo alegar desconhecimento posterior.

7.22.5. A não apresentação da declaração implicará a responsabilização do licitante por quaisquer ônus decorrentes do desconhecimento das condições locais.

7.22.6 - Para um melhor esclarecimento da situação dos serviços que serão executados, as licitantes poderão fazer uma visita técnica no local da referida obra, antes da apresentação das propostas. Mediante ao surgimento de qualquer tipo de dúvida em relação aos detalhes construtivos, serviços discriminados, dupla interpretação ou informação considerada omissa nestas.

7.22.7 - Recomendam-se aos Licitantes fazer um reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes construtivos necessários à sua perfeita execução. Os aspectos que as Licitantes julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização através do e-mail acima e elucidados antes da Licitação da

obra. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

7.23 – Das Condições para Participação

7.23.1 - A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7.23.1.1 - Poderão participar desta CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA os interessados que:

7.23.1.2 - Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

7.23.1.3 - Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

7.23.1.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.23.1.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.23.1.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.24 - Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação

7.24.2.1 - Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

7.24.2.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.24.2.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.24.2.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.24.2.5 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.24.2.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.24.2.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.24.2.8 - Tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

7.24.2.9 - A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

7.24.2.10 - Estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado;**

7.24.2.11- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição

7.24.2.12 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.24.2.13 - Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

7.24.2.14 - O impedimento de que trata o **item 7.24.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

7.24.2.15 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 7.24.2.2 e 7.24.2.3** poderão participar

no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

7.24.2.16 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

7.24.2.17 - O disposto nos itens **7.24.2.2** e **7.24.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.24.2.18 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.25 - Da Participação De Consórcio

7.25.1 - A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela.

7.25.2 – Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a autuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

7.25.3 – A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção, não exige qualificação distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

7.26 - Da Participação De Cooperativas

7.26.1 - Não se aplica.

8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONTRATO

8.1. Condições de execução

8.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;

Início da execução do objeto: O prazo de execução da referida obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de início na Ordem de Serviço. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC.

8.2. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da última data de assinatura do contrato. Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico-financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao termo de compromisso. Fica desde já os servidores abaixo designados:

Gestor do Contrato:

Nome: José Carlos Bezerra da Silva

Cargo/Função: Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: Francisco Ednilton Santos Nascimento

Cargo/Função: Diretor de Esporte / zona urbana da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Técnica:

Nome: Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia

Assessora Técnica em Engenharia

Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Portaria nº 202/2025

8.3. Nos contratos por escopo, o prazo de execução será considerado automaticamente estendido até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a

Administração promover o devido registro, justificativa técnica e formalização administrativa da prorrogação, com a apuração de eventuais responsabilidades, por meio de termo de aditivo.

8.4 - No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

8.5 - A ASSINATURA DO CONTRATO deverá ser firmada após a autorização de aprovação da licitação . **Findo o processo licitatório, a contratada tem prazo de 3 (três) dias úteis para assinatura do contrato, a contar da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.**

8.5.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante via e-mail da contratada com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03[três] dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

8.6 - A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

8.7 - O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

8.8 - No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

8.9 - Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

8.10 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente desde que haja justificativa plausível dada pela empresa, anotadas tais circunstâncias mediante termo apostila.

9- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.8 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.9 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.12 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.13 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.14- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

9.15 - O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

9.16 - O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

9.17 - O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

9.18 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10 - FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

10.2 - A execução do objeto contratado será supervisionada e acompanhada pela Assessoria Técnica da Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá; A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

10.3 - A execução, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão de responsabilidade de servidor indicado pelo Gabinete do Secretário na condição de representante da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o qual serão nomeados **‘gestor do contrato’** e **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 7 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

10.3.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

10.3.2 Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

10.3.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

10.3.4 Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;

10.3.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

10.3.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

10.3.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

10.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

10.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

10.6 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

10.7 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

10.8 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

10.9 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração devidamente designados nos termos do art. 117, da lei 14.133/21, tendo suas Portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).

11 - FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

11.1 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.2 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

11.3 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.;

11.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12 - FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

12.1 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13 - GESTOR DO CONTRATO

13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1 - O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os

números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

14.2 - Avaliação da execução do objeto utilizará o instrumento o Boletim de Medição e seus anexos (relatório fotográfico e memória de cálculo);

14.3 - As medições dos serviços executados serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser realizada após a expedição da Ordem de Serviço no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão dos serviços, independente do período mensal.

14.4 - As medições mensais dos serviços executados serão efetivadas pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá, responsável pela fiscalização.

14.5 - Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

14.6 - A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados pelo Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura de Tarauacá e pelo Secretário titular da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos quando concluídos todos os serviços.

14.7 - As medições acompanhadas de cronograma físico-financeiro devidamente atualizados, deverão ser encaminhadas pelo Eng.º Fiscal à Secretaria que será nomeado antes da emissão da OS.

14.8 - **No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo município de prestação do serviço que no presente caso é a cidade de Tarauacá- AC.**

14.9 - O cronograma físico-financeiro, poderá ser alterado mediante aprovação da fiscalização do Setor Técnico de Engenharia da Prefeitura Municipal Tarauacá após anuência expressa da direção-geral da Prefeitura Municipal de Tarauacá;

14.10 - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados;
- b) Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com quantidade inferior à demanda;

- d) A utilização do Boletim de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.

15. DO RECEBIMENTO

15.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

15.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

15.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

15.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

15.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

15.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

15.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

15.17. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.18. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.19. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.20. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

15.23. **O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.**

15.24. Independentemente da vigência do contrato, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

16. - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.2.- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando - se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

16.5.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

16.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,

mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

16.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

16.14.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.14.2. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

16.14.3. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

16.14.4. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

16.14.5. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

16.14.6. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

16.14.7. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

16.15. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após o vencimento da fatura, observado o prazo de 02 (dois) meses previsto no Art. 137, §2º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) = I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

365

365

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

VP = Valor da parcela em atraso

16.16- Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

16.17- Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

16.18 - A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

16.19 - Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

16.20. Eventual renúncia expressa a reajuste deverá especificar o prazo e a parcela do objeto do Contrato submetidos à renúncia.

16.21 - Os serviços executados serão medidos, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado, com base nas quantidades efetivamente executadas e atestadas pelo fiscal técnico do contrato. Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação.

- a. Requerimento da empresa;
- b. ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- c. Boletim de medição (espelho da medição);
- d. Memória de cálculo da medição;
- e. Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- f. Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;

- g. PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- h. PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- I) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
- j) Certidões de regularidade fiscal; (federal, estadual e municipal);

De forma Impressa – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via original de cada documento supracitado, com todas as páginas rubricadas e assinada em campo específico com as informações do seu responsável técnico pela elaboração.

De forma digital – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via digital de cada documento em formato PDF, no e-mail definido pelo fiscal do contrato. Os Documentos devem vir assinados por meio de assinatura eletrônica no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme subitem 1.6.2 da NR 01.

16.22. A CONTRATADA solicitará ao CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato e pela engenharia, a CONTRATADA, conforme cláusulas anteriores, apresentará nota fiscal de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE.

16.23. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

16.24. Em caso de inconsistências ou execução em desacordo com o projeto, o pagamento poderá ser suspenso até a devida regularização.

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

17.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de Habilitação

17.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

17.3 - Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual; e/ou

17.4 Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada, em se tratando de sociedade empresária;

17.5 Termo de Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (quando houver a participação através de consórcio).

17.6 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

17.7 Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

17.8 Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.9 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.10 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.11 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

17.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.17 - Declarações:

17.17.1 - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (Fundamento: Art. 68, VI – documento relativo a habilitação fiscal, social e trabalhista);

17.17.2 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Declaração de Visita), (Fundamento: art. 67, inciso VI c/c § 2º e § 3º do art. 63 da Lei 14.133/2021 - documento relativo à qualificação técnica).

17.17.3 Entre outras declarações pertinentes, ficando a critério da Comissão de Contratação.

Nota: O Agente da Contratação e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação poderão proceder à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

17.18 - Comprovação da Condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

17.18.1 - O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL.

17.18.2 - Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

17.18.3 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

17.19 - Qualificação Econômico-Financeira

17.19.1 - Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, expedida nos últimos 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

17.19.1.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

17.19.2 – Apresentar o Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#). É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

a.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

17.19.2.1 - O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

17.19.2.2 - O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

17.19.2.3 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

17.19.2.4 - O Agente de Contratação poderá enviar o processo licitatório ao setor técnico pertinente, para manifestação sobre a situação da qualificação econômico-financeira, a ser proferida por profissional da área de contabilidade.

Qualificação Técnica

17.20 - A qualificação técnica da licitante vencedora será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) profissional(is): Engenheiro Civil ou Técnico Equivalente, na entidade profissional competente. **Para o licitante**

vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto da entidade profissional competente.

a.1) Caso o registro ou inscrição do(s) profissional(ais) acima esteja(m) no descritos na entidade profissional da licitante, não há a necessidade de apresentar o registro ou inscrição individual(ais) desse(s) profissional(ais).

a.2) Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.

a.3) Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

a.4) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

b) Para fins de **habilitação técnico-profissional**: comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado(s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente certificados pela entidade profissional competente**, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas **conforme constante a seguir**:

Item	Discriminação
12.4	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020
14.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO
20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES

b.1) A comprovação de vínculo profissional se fará:

a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;

- b) por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou
- c) declaração de disponibilidade e futura contratação do profissional assinada pelo responsável da empresa licitante e pelo próprio profissional ou;
- d) Comprovação de registro como responsável técnico pela empresa licitante junto à entidade competente ou;
- e) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

IMPORTANTE: O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverá participar diretamente do serviço objeto da licitação, o qual terá a respectiva ART(s) ou documento equivalente emitida em seu nome, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

c) Para fins de **habilitação técnico-operacional**. (Pessoa Jurídica)

c.1) A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo; **ou**.

c.2) **Certidão(ões) de Acervo Técnico com registro de atestado**, devidamente certificados pela entidade profissional competente, desde que esta identifique como CONTRATADA a própria licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, obedecendo, para as parcelas de maior relevância, que deverão estar explicitadas conforme tabela abaixo:

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade
12.4	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	m ²	71,42
14.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO	m ²	306,76

20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	m	180,00
------	--	---	--------

Observações IMPORTANTES quanto aos atestados e itens de maior relevância:

a) Solicita-se, que na apresentação dos atestados, grife ou destaque os itens de maior relevância conforme solicitado acima. Esta solicitação facilita a verificação por parte da equipe técnica do Município, e da celeridade ao processo.

b) No que diz respeito a “serviços compatíveis ou características semelhantes” a empresa deverá observar a especificação técnica na qual os serviços realizados e materiais empregados respeitam as normas técnicas dos itens de maior relevância.

c) Para o item c.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

d) Os atestados para a comprovação de aptidão técnico operacional (item c) somente serão aceitos se estiverem em nome da LICITANTE, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação ou alteração da razão social, quando devem ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial as que se referem ao acervo técnico que deverão ser consideradas na LICITAÇÃO.

Obs.: Para melhor entendimento das unidades de medida e discriminação dos serviços, poderá ser consultado as **planilhas orçamentárias**.

Notas:

I - A fim De comprovar as informações contidas nos atestados de capacidade de capacidade técnica operacional, apresentados, poderá ser solicitado das licitantes, cópia do contrato que deu origem ao referido atestado, e/ou das certidões de acervo técnico (CAT), como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

II - Para fins de qualificação técnico-operacional, **será vedada a apresentação de CAT Sem Registro de Atestado ou CAO Sem Registro de Atestado. Será vedada a apresentação de Atestado que não estão em conformidade com a RESOLUÇÃO Nº 93, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014 do CAU/BR e/ou**

RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 do CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CONFEA.

III - Em se tratando de CREA, deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT;

IV - Em se tratando de CAU, deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico com Atestado – CAT-A, conforme art. 11 da Resolução nº 93, de 07 de novembro de 2014 do CAU/BR.

d) Relação De Equipe Técnica Mínima

a) A licitante deverá por meio de declaração formal, informar que disporá da seguinte relação de equipe técnica mínima:

Item	Discriminação
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto
2	Engenheiro o Técnico de Segurança do Trabalho

OBSERVAÇÃO: Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor dos atestados e/ou certidões, registros de qualificação técnica apresentados, bem como, quaisquer outros pertinentes. Não é permitido que um profissional atue como Responsável Técnico em mais de uma empresa no mesmo processo licitatório.

17.20 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão.

17.21 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

17.21.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

17.22 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.22.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.22.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.23 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.24 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda, observado o prazo disposto contido pelo edital.

17.25 – **O Agente de Contratação encaminhará os documentos de habilitação da Qualificação Técnica à Secretaria Mun. De Planejamento, para análise e parecer técnico, a ser proferida por profissional da área de engenharia.**

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O valor global estimado corresponde a R\$ **1.530.224,30 (Um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)**, conforme detalhamento constante na planilha orçamentária anexa a este Estudo Técnico Preliminar. Sendo R\$ 1.462.500,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) com recursos do termo de compromisso, oriundo do Ministério do Esporte e R\$ 67.724,30 (Sessenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) de contrapartida do Município.

18.2 - A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a referência principal para a elaboração de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Tal sistema de custos da construção civil é disponibilizado pela Caixa Econômica Federal em seu sítio eletrônico. Na falta da composição referenciada pela Tabela SINAPI, deverá conter a pesquisa de preços, conforme citado no Art. 41, §1º, do Decreto nº 129, de 26 de dezembro de 2023.

18.3 - Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

19 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Contrato de Repasse e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Entidade: – Prefeitura Municipal de Tarauacá
Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Unidade: 001 – Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 14 – Tarauacá Melhor com o Esporte
Projeto/Atividade: 1.610 – Construção e Revitalização de Espaços Esportivos
Elemento: 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações
Recurso: 1.700.61.3110 – Identificação das Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais. Valor Total: R\$ 1.462.500,00
Recurso: 1.500.00.000 – Recursos não Vinculados de Impostos Valor Total: R\$ 67.724,30

20. DA PROPOSTA DE PREÇOS

20.1 A proposta de preços (PP) é aquela em que consta o valor global, proposto pela empresa Licitante, para execução dos serviços relacionados no Resumo. **Todos os arquivos devem estar em formato PDF. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico.**

20.2 - Os preços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

20.3 – Ao oferecer sua proposta, o licitante deverá observar rigorosamente a quantidade ofertada para o item será igual a 1, em razão da disputa pelo preço total da obra adotado para esta licitação. A descrição do objeto contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico. Os preços serão considerados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração correspondente às terceira e quarta casas decimais, (por exemplo: preço ofertado de R\$ 5,3256, será considerado como R\$ 5,32). Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

20.4 - A validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do certame.

20.5 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas, em especial ao estabelecido no Projeto Básico.

20.6 - Além da proposta, a licitante também deverá elaborar Planilha de Quantificação e Orçamento Global, cronograma físico- financeiro, Composição dos encargos sociais (ES) utilizados no orçamento, detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e a Proposta Detalhada, onde deverão constar:

20.6.1 - Razão social da empresa e nº da inscrição no CNPJ/MF;

20.6.2 - Endereço completo, número de telefone e e-mail para contato;

20.6.3 - Dados bancários da empresa (banco, agência e conta - corrente);

20.6.4 - Dados do representante legal que assina a proposta;

20.6.5 - Dados de quem assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil - Para licitante vencedor);

20.6.6 - O preço global da proposta, bem como a indicação dos quantitativos e dos custos unitários e totais para cada tipo de serviço a ser prestado, nos termos do Projeto Básico.

Observação: Fazer referência se a empresa é OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL: a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

20.7 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Tarauacá. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

20.8 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

20.9 - O Licitante deverá apresentar conjuntamente com a sua proposta de preços, sob pena de desclassificação, os seguintes Planilhas: Composição de Custo Horário de Serviços, Composição de Custo Horário de Equipamentos, Composição de Encargos Sociais e de Bonificação de Despesas Indiretas.

20.10 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

20.10.1 Contiver vícios insanáveis;

20.10.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

20.10.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

20.10.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

20.10.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do termo de referência, edital ou seus anexos, desde que insanável.

Da exequibilidade da proposta

20.11- Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

20.12 - No caso em que a proposta apresente valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, onde consta o inciso IV, que seja permitido que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta;

20.13 - Essa demonstração pode ser, no ato da entrega da planilha orçamentária adequada ao desconto ofertado, uma declaração de exequibilidade da proposta, informando:

20.13.1 - Declaração expressa da Licitante de estarem incluídos nos preços de todos os custos de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte, necessários à execução dos trabalhos e quaisquer despesas com canteiro de obra, galpões, depósitos, escritórios, e despesas, tais como impostos, taxas e seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Municipal, bem como, justificativa de obras similares já executadas, fotografias do estoque do material, dentre outros.

20.13.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências,

para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta através de planilha de composição de custos, notas fiscais de insumo, contratos anteriores, registros fotográficos, comprovantes de que o licitante possui condições especiais (descontos de fornecedores, estrutura própria, menor carga tributária etc.) bem como outros que justifiquem o preço ofertado.

20.13.3 - Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão comprovar: a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

20.14 - A comprovação da exequibilidade do valor ofertado poderá ser solicitada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos necessários para comprovação da exequibilidade.

20.15 - Será considerada inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Da Diligência

20.16 - Durante as fases de julgamento das propostas e de habilitação, a comissão de contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

20.17 - A comissão de contratação **poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão. Caso seja necessário, o setor técnico poderá solicitar a proposta no formato Excel para uma melhor análise.**

20.18 - Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, a Comissão de Contratação poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;

20.19 - Identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, inclusive no que tange à eventual inexecutabilidade do preço, a Comissão de Contratação recusará a proposta da empresa.

DA GARANTIA DE PROPOSTA (Art. 58 da Lei 14.133/2021): A exigência de garantia de proposta, também denominada caução de participação, tem por finalidade assegurar a

seriedade e a vinculação dos licitantes às condições por eles ofertadas durante todo o procedimento licitatório. Tal medida busca prevenir a ocorrência de desistências imotivadas, recusas injustificadas em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato administrativo, bem como o não recebimento da nota de empenho ou a não apresentação dos documentos necessários à formalização da contratação.

20.20 - A licitante, no momento da apresentação da proposta, deverá apresentar a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. Caso o licitante não a apresente oportunamente, deve ter sua proposta desclassificada.

20.21 - A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

20.22 - A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

20.23 - Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

20.24 - A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

21 DA CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES

21.1 - A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem crescente dos valores, sendo declarada vencedora a LICITANTE cuja proposta atenda a todas as exigências editalícias e que ofertar o menor preço. Será desclassificada a proposta cujo preço for superior ao orçado pela Administração.

21.2 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço unitário, global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

21.3 - Caso, o licitante tenha dificuldades em elaborar a proposta final exatamente conforme o valor do lance ofertado poderá ajustá-la com “valor para baixo”, menor valor.

21.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta. Deve ser apresentada pelo licitante vencedor após a fase de lances/propostas e antes da assinatura do contrato, geralmente no momento de formalização da contratação.

22 DO REAJUSTE

22.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI de 12/2025.

22.2 - Para fins de reajustamento de preços em contratos administrativos, estes estarão vinculados ao transcurso de prazo de 01 (um) ano, a contar da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes), sob pena de preclusão do direito.

22.3 - Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com a aplicação do índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC —DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial.

22.4 - O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos índices - INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, cujo reajuste do valor contratual será calculado a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_1 - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I₁ = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

22.5 – Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

22.5.1 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no item 22.4 deste Termo, obedecendo-se os seguintes critérios:

22.5.2 - Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

22.5.3 - Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

22.5.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.5.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.5.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

22.6. O pedido de solicitação de reajuste deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao engenheiro de fiscalização da obra.

22.6.1. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

22.6.2. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

22.7 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

22.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

22.9 - **O reajuste será realizado por apostilamento.**

22.10 - O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pela CONTRATADA não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão

somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda medidos, mesmo que já executados.

22.11 - A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de equilíbrio econômico financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato. Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se à contratada a justa remuneração pela execução do objeto, desde que comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

Parágrafo único. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser devidamente instruída por meio de documentação comprobatória, incluindo memória de cálculo detalhada, e será analisada pela Administração, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Cessão de Crédito

22.12 - As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

22.12.1 - A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

22.12.2 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

22.12.3 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

22.12.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

22.13 - O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

23 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 - A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes neste Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.

23.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a Prefeitura Municipal de Tarauacá todas as informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

23.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

23.4 - Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

23.5 - Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no edital, incluindo todos os ônus relativos a:

I. Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;

II. Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;

III. Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;

IV. Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;

V. Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;

VI. Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;

VII. Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;

VIII. Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho.

IX. Empregar materiais segundo as exatas especificações contidas no Memorial Descritivo e reparar, às suas expensas as obras que vierem a ser recusadas, estabelecendo-se, para tanto, prazos e condições da recusa e do reparo, bem como as penalidades cabíveis na hipótese de descumprimento.

23.6 - A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

23.7 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

23.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

23.9 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

23.10- A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, conforme art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

23.11 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.12 - A CONTRATADA terá a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz, conforme Art. 92, inc. XVII da Lei 14.133/2021.

23.13 É estritamente necessária a apresentação das ART'S referentes aos serviços da obra, antes do início dos serviços. Ela deve estar devidamente carimbada pelo órgão responsável e deve ser mantida no canteiro de obras durante todo o período de execução dos serviços, a fim de estar sempre disponível para a Fiscalização.

23.14 - Manter à disposição da fiscalização, nos locais dos serviços e apresentar sempre que exigidos, os seguintes elementos:

- b.1)** Livro de ocorrência diária;
- b.2)** Projetos e/ ou discriminações técnicas;
- b.3)** Registro das alterações realizadas;

b.4) Cópia do registro da ART junto ao CREA/AC, e demais documentos relativos à segurança dos serviços e exigências municipais

23.15 - Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

23.16 - Manter no local da obra engenheiro responsável, encarregado geral e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;

23.17 - Colocar placas indicativas no local onde será realizado os serviços, conforme legislação vigente;

23.18 - Manter diário de obra atualizado à disposição da fiscalização;

23.19 - A Contratada deverá manter até a entrega final da obra, a vigilância do local e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos, decorrentes dos materiais, equipamentos e outros pertinentes no local da obra.

23.20 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

23.21 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante e à fiscalização, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos do objeto contratado.

23.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

23.23 - Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;

23.24 - Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local da obra durante toda a execução e até final, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou do material empregado.

23.25 - Providenciar, por sua conta, todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive transporte e logística até o local da obra.

23.26 - Obedecer rigorosamente ao cronograma físico-financeiro aprovado pela administração, apresentando, quando solicitado, relatórios de andamento da obra.

23.27- Notificar com antecedência qualquer eventualidade que possa comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, para análise e deliberação da contratante.

23.28- Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução da obra, com registro no CREA e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) devidamente emitida e atualizada.

23.29 - Atender às exigências dos órgãos de controle e fiscalização, incluindo o TCU, TCE e Ministério Público, sempre que solicitado.

23.30 - Garantir condições adequadas de segurança, saúde e higiene para os trabalhadores, conforme a legislação vigente (NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho).

23.31 - Preservar o meio ambiente, evitando danos à vegetação nativa, ao solo e aos recursos hídricos locais, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, quando for o caso.

23.32 - Executar os serviços com elevado padrão de qualidade, sendo responsável pela correção de eventuais vícios ou falhas que venham a ser constatadas, inclusive no período de garantia da obra.

23.33 – Manter os contatos telefônicos e e-mails disponibilizados na proposta comercial, caso tenha atualização, informar a CONTRATANTE. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas. As partes reconhecem o e-mail como meio oficial de comunicação para envio de ordens de serviço, notificações, solicitações e outras comunicações, sendo o e-mail cadastrado de inteira responsabilidade da Contratada. Qualquer alteração nos dados de contato (e-mail, representante, telefone) deverá ser comunicada formalmente à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência da mudança. A inobservância desta obrigação, que resulte no não recebimento de notificações ou comunicações, não eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais, considerando-se válidos os atos praticados no e-mail antigo. O descumprimento injustificado desta cláusula sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa por descumprimento de cláusula contratual e, em casos reincidentes que causem prejuízo, impedimento de licitar e contratar.

23.34 - A contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

23.35 - O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela Licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

23.36. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo nas questões inerentes a execução do contrato.

23.37. As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Tarauacá/Acre, sem implicar alterações do prazo contratual;

23.38. Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução das obras e serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte;

23.39 - Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;

23.40 – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

23.41 - A empresa contratada deverá ter o cadastro e registrar os boletins de medição no Transferegov.br; e

23.42 - O registro do boletim de medição pela empresa contratada e o ateste pelo fiscal do conveniente, no Transferegov.br, são condições para o conveniente realizar o pagamento da parcela;

23.43 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

23.44. Ao final da obra, a CONTRATADA será obrigada (Espec. Técnica, item 2.7, pg. 04) a apresentação da guia de recolhimento das obrigações com o INSS, como também, os documentos relacionados à obra:

- Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;
- Certidão de Quitação do ISS, referente ao contrato.

24 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

24.1. Além das estabelecidas no termo, edital e seus anexos, bem como neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a. Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.
- b. Liberar as áreas destinadas ao serviço.
- c. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.
- d. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- e. Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas.
- f. Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente.
- g. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato.
- h. Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
- i. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- j. Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.
- k. Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
- l. Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
- m. Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

n. Fornecer uma via original assinada deste Contrato à CONTRATADA tão logo esteja assinado pelas partes ou assim que seja providenciada sua publicação na Imprensa Oficial, se for o caso.

24.2 - Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Mediante a contratação dos serviços, a Prefeitura Municipal Tarauacá se obriga a:

- a.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no Edital;
- b.** Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- c.** Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- d.** Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;
- e.** Aplicar as sanções previstas na Lei e no Contrato.

24.3 Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas às necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;

25 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

25.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

25.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

25.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

25.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

25.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

25.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (quando for o caso);

25.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

25.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

25.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

25.1.5. Fraudar a licitação;

25.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

25.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei e der a inexecução parcial do contrato;

25.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento e der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

25.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada e der causa à inexecução total do contrato;

25.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;

25.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

25.1.6.6 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

25.1.6.7 – Em caso de rescisão por inexecução total do objeto.

25.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

25.2.1. Advertência; quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste Contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

25.2.2. Multa administrativa; (Sanção pecuniária aplicada a cada infração, com valores que podem variar, como a multa moratória por atraso na execução ou a multa compensatória, a ser aplicada conforme a gravidade da infração e nos termos estabelecidos no contrato.)

25.2.3. Impedimento de licitar e contratar; (Exclusão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por até 3 anos, aplicável a nível do ente federativo) e

25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. (A sanção mais grave, podendo durar até 6 anos e com efeitos em todo o território nacional.)

Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 25.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 25.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 25.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 25.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% ao incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

25.4.1. Para as infrações previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

25.4.2. Para as infrações previstas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7, 25.1.8 e seus subitens, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

25.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 25.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

25.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.14. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao contratante.

25.15 . Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

25.16 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, diário oficial do estado do Acre, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

25.17.1- Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

25.18 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

25.19 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25.20 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

25.20.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25.21 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

25.22 Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

26. DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

26.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas no Art. 137 e 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

DOS MOTIVOS

26.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.3 -O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.4 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

26.5 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

26.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27 - DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

27.1 - Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente do CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

27.2 - O objeto do presente Termo de Referência será recebido provisoriamente pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, mediante termo circunstanciado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal da contratada acerca da conclusão dos serviços. O recebimento provisório tem por finalidade a verificação inicial da conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais, não implicando aceitação definitiva da obra.

27.3 O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

- a. os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- b. os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

27.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

27.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (Dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

27.6 O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato. Constatadas irregularidades, imperfeições ou desconformidades na execução, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização. O recebimento definitivo somente será efetivado após a plena regularização das pendências eventualmente identificadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

27.7 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

27.8 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

27.9 Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

27.10- O recebimento da obra ficará condicionado à apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos, quando aplicáveis:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de conclusão da obra;
- Projeto “as built”;
- Relatórios finais de execução;
- Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Manual de operação e manutenção, quando couber.

27.11. Poderá ser realizada vistoria técnica conjunta entre a fiscalização e a contratada para fins de formalização do recebimento provisório e definitivo.

27.12. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a obra executada em desacordo com as condições contratuais, devendo a contratada proceder às adequações necessárias.

28 DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

28.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto da contratação.

- a) A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.
- b) A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício de suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.
- c) A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- d) A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- e) A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros, durante o cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- f) A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.
- g) A Contratada não será permitida deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual.
- h) A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.
- i) A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- j) A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda parcial ou total da informação, dados pessoais e/ou base de dados.
- k) A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto deste instrumento contratual, fica obrigado a assumir total responsabilidade e o ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo ocorrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

- l) A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com a Contratante, para os assuntos relacionados à Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.
- m) O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços, sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial em contrário.

28.2 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequentemente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

29 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

29.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

29.2 - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).;

29.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

30-D A RESCISÃO CONTRATUAL

30.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

30.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

30.3 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas

30.4 - Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

31- DA NULIDADE DO CONTRATO

31.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

III - motivação social e ambiental do contrato;

IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

31.1.1 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

31.2 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei n 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

31.2.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

31.2.2 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

31.3 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

31.4 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

32. DAS CONDIÇÕES GERAIS

32.1 - A empresa deverá registrar a Responsabilidade Técnica do acompanhamento da obra no CREA/AC ou CAU/AC, discriminando no campo destinado a Descrição dos Serviços, as atividades pelas quais o profissional é responsável.

32.2 - A CONTRATADA deverá efetuar o registro do contrato no CREA/AC ou CAU/AC.

32.3 - As despesas de qualquer registro no CREA/AC ou CAU/AC e em outros órgãos necessários a regularidade da execução do objeto deste Projeto Básico, correrão por conta da CONTRATADA.

32.4 A Implantação da obra objeto deste Projeto Básico pela CONTRATADA será realizada em conformidade com as normas em vigor e deverá estar registrada no CREA/AC ou CAU/AC.

32.5 - A Prefeitura Municipal de Tarauacá emitirá a Ordem de Serviço 01 (OS 1) para execução dos trabalhos à CONTRATADA, logo após a assinatura do Contrato num prazo máximo de 10 dias, cujos serviços deverão ser iniciados imediatamente para cumprimento dos prazos estipulados neste Projeto Básico.

33. DA ANÁLISE / MATRIZ DE RISCO

33.1 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos deste Objeto, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

33.1.1 - Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

33.1.2 - As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

33.1.3 - As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

33.1.4 - As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

33.1.5 - Outras informações relevantes.

33.2 - Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

33.3 - A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

33.4 – O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no Anexo deste Objeto que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

33.5 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

33.6 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

33.7 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

33.8 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

33.9 - O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

33.10 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

33.11 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

33.12 - A gestão de riscos da contratação encontra-se formalizada em Matriz de Riscos específica, elaborada nos termos do planejamento da contratação, a qual integra o processo administrativo como documento apartado, nos termos das boas práticas previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à alocação eficiente de responsabilidades entre as partes.

34 -DA IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

34.1 -Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

34.2 - Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

34.3 -A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

34.4 - Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

35- DAS ASSINATURAS

35.1 - Declaro que as informações constantes deste documento foram elaboradas de acordo com as definições do Estudo Técnico Preliminar.

36. DA APROVAÇÃO

36.1 - A vista do que consta nos autos e considerando que o Relatório de Projeto, Orçamento e Detalhamento, atende aos requisitos mínimos da legislação em vigor, e ainda, que o Projeto Básico foi elaborado em obediência às normas pertinentes e revisadas pela área competente,

estou de acordo com as informações prestadas no documento, razão pela qual envio para autoridade competente, e posterior seu encaminhamento à Comissão de Contratação para abertura do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica, sob regime de execução de empreitada por preço unitário, critério de julgamento menor preço.

37.DO FORO

37.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Tarauacá/ Acre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarauacá - Acre, 27 de abril de 2026.

Elaborado por:

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer
Portaria nº 237/2025

FRANCISCO EDNILTON SANTOS NASCIMENTO

Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer / Zona Urbana
Portaria nº 210/2025

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA

Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:

JOÃO JANICÉLIO MARINHO FONTENELES

Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Decreto nº 041/2025

 <p>Pod. Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p>ESTADO DO ACRE MUNICÍPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____ Rubrica: _____</p>
--	--	--------------------------------------

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP	
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Tarauacá	
SETOR DEMANDANTE/REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.	
RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA	
José Carlos Bezerra da Silva Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer Portaria nº 237/2025 E-mail: secesportiva@gmail.com	Francisco Ednilton Santos Nascimento Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer / Zona Urbana Portaria nº 210/2025 E-mail: secesportiva@gmail.com
Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia Assessora Técnica em Engenharia Portaria nº 202/2025 E-mail: planejamentotarauaca@gmail.com	

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. A Contratação atenderá os preceitos e recomendações contidos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

DADOS DA OBRA

Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso:
Atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) / Ministério do Esporte.

Nome do Projeto: **Construção de Espaço Esportivo Comunitário, no Município de Tarauacá/Acre.**

Localização da Obra: **A obra/serviços será executada na Av. Tancredo Neves, bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre.**

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000



Coordenadas geográficas: Latitude: - 08.14867 e Longitude: -70.77323.

1.2 - O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo avaliar alternativas de contratação pública para o objeto a ser licitado, oriundo do Termo de Compromisso nº **986844/2025**, celebrado entre o Ministério do Esportes e a Prefeitura de Tarauacá/Acre, é de relevante notabilidade quando se pondera o impacto positivo em beneficiar diretamente o Município, sobretudo a população urbana do referido município, servindo como base para a elaboração do Termo de Referência, de acordo com o Artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3 - Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza como **CONSTRUÇÃO**, cuja atividade estabelecida, privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais dos logradouros, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE - (ART. 18, § 1º, I DA LEI N. 14.133/21)

2.1 – A presente contratação tem por finalidade a construção de um Espaço Esportivo Comunitário, visando atender à demanda por infraestrutura adequada para práticas esportivas, recreativas e de lazer no município. A iniciativa busca promover inclusão social, melhoria da qualidade de vida e incentivo à prática de atividades físicas.

2.2 - A demanda decorre de Termo de Compromisso firmado com o Governo Federal, cujo projeto foi previamente aprovado pelo órgão concedente, não havendo discricionariedade da Administração quanto à concepção da solução.

2.3 - O município enfrenta limitações na oferta de espaços públicos adequados para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, o que compromete o atendimento das demandas da população, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

2.4 - A insuficiência de infraestrutura apropriada impacta diretamente na promoção da saúde, na qualidade de vida e na inclusão social, dificultando o acesso da comunidade a atividades que contribuem para o desenvolvimento físico, social e educacional. Além disso, a ausência de ambientes estruturados para convivência comunitária pode potencializar situações de vulnerabilidade social e reduzir as oportunidades de integração e bem-estar coletivo.

2.5 - Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados ao esporte e lazer, de modo a atender ao interesse público, fomentar políticas sociais e promover melhores condições de vida à população, em consonância com as diretrizes governamentais e compromissos assumidos por meio da Proposta nº 986844/2025 – Transferegov, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

	
MINISTERIO DO ESPORTE	
TRANSFERE	
Nº / ANO DA PROPOSTA:	
064473/2025	
NÚMERO DA PROPOSTA NOVO PAC - SELEÇÃO:	
51000001/202-2025	
OBJETO:	
Construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá/AC.	
CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:	
Com a proposta, buscamos promover o esporte amador, educacional, de lazer, por meio da disponibilização à população de infraestrutura esportiva moderna e adequada à prática e promoção do esporte, resultando na consecução dos interesses do Ministério do Esporte em ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.	
RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:	
Por meio desta intervenção, o Município pretende oferecer um espaço adequado à população para a prática de esporte e lazer, contribuindo para diminuição da exclusão e do risco social; melhorando a qualidade de vida e garantindo acessibilidade a espaços esportivos modernos, em consonância com os objetivos e diretrizes do Programa no que se refere a ampliação da oferta de infraestrutura esportiva e promoção do esporte.	
PÚBLICO ALVO:	
Crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, terceira idade, escolas do município.	
PROBLEMA A SER RESOLVIDO:	
A implantação do objeto irá possibilitar a melhoria da infraestrutura esportiva e com isso ampliar a oportunidade da prática de atividades esportivas e de lazer aos jovens, crianças, adultos, idosos e de pessoas com deficiência, bem como da população em geral do nosso município.	
RESULTADOS ESPERADOS:	
Com a implantação do objeto esperamos ampliar a prática esportiva educacional e de lazer em nosso município e com isso contribuir para o bem-estar e melhoria na qualidade de vida e saúde da nossa população.	
1 - DADOS DO CONCEDENTE	
CONCEDENTE:	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:
51000	MINISTERIO DO ESPORTE
CPF DO RESPONSÁVEL:	NOME DO RESPONSÁVEL:
039.507.883-01	ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:	CEP DO RESPONSÁVEL:
Acesso	72000-000

IMAGEM 02: Proposta / Novo Pac

2.6 - A necessidade identificada materializa-se na implantação de um espaço público estruturado e multifuncional, com área total de aproximadamente 3.000,00 m², destinado à prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer, com capacidade de atender de forma adequada e contínua a população local.

2.7 - O ambiente deverá ser concebido de forma integrada, contemplando diferentes modalidades e usos, de modo a atender públicos de distintas faixas etárias. Nesse sentido, prevê-se a disponibilização de áreas específicas para práticas esportivas coletivas, atividades recreativas infantis e espaços voltados ao convívio social e à promoção da saúde.

2.8 - A estrutura proposta deverá incluir campo de futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil, áreas ajardinadas e pista de caminhada (Tipo A), possibilitando a diversificação das atividades ofertadas e ampliando o acesso da comunidade a equipamentos públicos de qualidade.

2.9 - Além disso, a configuração do espaço deverá priorizar aspectos de acessibilidade, segurança e funcionalidade, garantindo condições adequadas de uso, conforto e permanência dos usuários, bem como incentivando a ocupação regular do espaço público.

2.10 - Dessa forma, a implementação desse equipamento público visa atender de maneira efetiva às demandas identificadas, contribuindo para a promoção do bem-estar social, fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer e melhoria da qualidade de vida da população.

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

2.11 - A contratação destina-se a execução dos serviços, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços. Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão pautados nos seguintes itens:

RESUMO DO ORÇAMENTO	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO
I	CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA
1	FUNDAÇÃO
2	PAVIMENTAÇÃO
3	ESTRUTURA
4	ALVENARIA E FECHAMENTO
5	REVESTIMENTO
6	PINTURA
7	EQUIPAMENTOS

II	MEIA QUADRA DE BASQUETE
8	FUNDAÇÃO
9	PAVIMENTAÇÃO
10	EQUIPAMENTOS
III	PARQUINHO INFANTIL
11	FUNDAÇÃO
12	PAVIMENTAÇÃO
13	EQUIPAMENTOS
IV	PISTA DE CAMINHADA
14	PAVIMENTAÇÃO
15	PINTURA
16	PAVIMENTAÇÃO
V	IMPLANTAÇÃO GERAL
17	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
19	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
20	DRENAGEM
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES

IMAGEM 03: Resumo do orçamento / Planilhas do Projeto

2.12 - Os serviços acima descritos abrangem todas as etapas necessárias para a completa execução da obra, garantindo a funcionalidade, segurança e durabilidade, conforme previsto no termo de compromisso e nos projetos técnicos.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL- (ART. 18, § 1º, II DA LEI 14.133/2021).

3.1 – A presente contratação não consta originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente, tendo em vista tratar-se de demanda superveniente decorrente da aprovação da Proposta nº 986844/2025 – Transferegov, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.2 - Ressalta-se, entretanto, que a necessidade da contratação se encontra alinhada às diretrizes institucionais e às políticas públicas voltadas à promoção do esporte, lazer e

inclusão social, estando em consonância com o planejamento estratégico da Administração Pública.

3.3 - Dessa forma, a inclusão da presente demanda no Plano de Contratações Anual será realizada por meio de sua devida atualização, conforme previsto na legislação, de modo a assegurar a compatibilidade do planejamento das contratações com a execução orçamentária e com os compromissos assumidos junto ao Governo Federal.

3.4 - Assim, ainda que não prevista inicialmente, a contratação mostra-se plenamente justificada e passível de inclusão no PCA, atendendo ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.5 - A contratação está diretamente vinculada ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte, o que evidencia sua natureza prioritária e a necessidade de sua execução dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de perda de recursos públicos e prejuízo ao interesse coletivo.

3.6 - Dessa forma, resta demonstrado que a contratação está devidamente planejada no âmbito da Administração Municipal, ainda que o Plano de Contratações Anual esteja em fase de consolidação, não havendo óbice para o prosseguimento dos atos preparatórios, considerando a urgência e relevância do objeto a ser contratado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, III DA LEI 14.133/2021).

4.1 - A contratação deverá observar os requisitos técnicos, legais, operacionais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, garantindo a qualidade, segurança, funcionalidade e durabilidade do empreendimento.

4.2 - 4.2 - Do ponto de vista técnico, exige-se que a empresa a ser contratada possua experiência comprovada na execução de obras, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto. Deverá, ainda, dispor de equipe técnica qualificada, incluindo profissional habilitado com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que atuará como responsável técnico pela obra. A execução deverá obedecer rigorosamente às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como às especificações constantes no projeto básico e/ou executivo, contemplando todos os serviços previstos.

4.3 - No aspecto legal, a contratação deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais legislações correlatas, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e exigências dos órgãos de controle e fiscalização. A empresa contratada deverá estar regular quanto às suas obrigações fiscais, trabalhistas e

previdenciárias, além de apresentar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços.

4.4 - Quanto aos requisitos operacionais, a execução deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos, conforme cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada mobilização de equipe, equipamentos e insumos. Deverá ainda assegurar a organização do canteiro de obras, a gestão de resíduos e a mitigação de impactos durante a execução.

4.5 - No que se refere à acessibilidade e segurança, o empreendimento deverá atender às normas de acessibilidade vigentes, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como adotar medidas que assegurem a integridade física dos usuários.

4.6 - Adicionalmente, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso racional de recursos naturais e assegurem a adequada destinação de resíduos.

4.7 - Por fim, a contratação deverá estar em conformidade com as condições e exigências estabelecidas na Proposta nº 986844/2025 – TransfereGov, assegurando o cumprimento das metas pactuadas e a correta aplicação dos recursos públicos.

4.8 - Para a presente contratação foi elaborado projeto básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.9 - A metodologia executiva a ser adotada, deve estar de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

4.10 - O orçamento, e o prazo de execução da obra, detalha os marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;

4.11 - A empresa contratada deve atender os normativos:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e das legislações pertinentes aplicáveis para execução de todos os serviços na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Página 9 de 70

- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de atestado de capacidade técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Observância às diretrizes da Portaria Interministerial nº 424/2016, Portaria Conjunta MGI/MF/CGU n.º 32, de 4 de junho de 2024;
- j) Execução de todos os serviços remanescentes conforme projeto executivo aprovado, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro;
- k) Não se aplica a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nesta licitação, tendo em vista que não é uma contratação de obra e serviço de grande vulto, nos termos do art. 25, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- l) Dos serviços a serem executados, dos materiais e a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações do projeto, do memorial descritivo e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- m) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra está estabelecido no orçamento através do cronograma físico e financeiro;
- n) Termo de Compromisso nº 986844/2025 (Ministério do Esporte) – requisitos e condicionantes previstos no instrumento, especialmente no que se refere à aplicação de recursos, prestação de contas e observância do plano de trabalho.
- o) Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme legislação vigente.
- p) O prazo de execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de início da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos legais, desde que devidamente justificado.
- q) Os serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos de engenharia, especificações técnicas e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo qualidade, segurança, acessibilidade e durabilidade da obra.

4.12 - Requisitos Operacionais

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

- ❖ Cumprimento do cronograma físico-financeiro estabelecido;
- ❖ Disponibilização de equipe técnica qualificada e equipamentos adequados;
- ❖ Organização e manutenção do canteiro de obras;
- ❖ Adoção de práticas que assegurem a continuidade e qualidade da execução.

4.13 - Requisitos de Qualidade

- ❖ Utilização de materiais de primeira qualidade, atendendo às especificações técnicas do projeto.
- ❖ Execução dos serviços com observância aos padrões de desempenho e durabilidade esperados para obras de construção.
- ❖ Controle tecnológico dos materiais e serviços, quando aplicável.

4.14 - Requisitos Ambientais e de Segurança

- Atendimento à legislação ambiental vigente, com adoção de medidas mitigadoras de impactos.
- Destinação adequada de resíduos gerados durante a obra.
- Cumprimento das normas de segurança do trabalho, garantindo a integridade dos trabalhadores e da população.

4.15 - Requisitos de Acessibilidade

- ❖ Atendimento às normas de acessibilidade, garantindo o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- ❖ Adequação dos espaços conforme legislação vigente.

4.16 - Requisitos Legais e Administrativos

- ❖ Regularidade Fiscal e Trabalhista: A contratada deverá apresentar certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como regularidade perante o FGTS e a Justiça do Trabalho.
- ❖ Garantia Contratual: Poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em até 5% do valor do contrato, para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como, a garantia da proposta e adicional (No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.
- ❖ Segurança do Trabalho: A empresa deverá cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho (NRs), garantindo condições adequadas aos trabalhadores durante a execução da obra.

- ❖ Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental: As atividades deverão ser conduzidas com atenção às diretrizes de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, minimizando impactos ambientais e promovendo a inclusão de mão de obra local, sempre que possível. A contratação observará os princípios da sustentabilidade, priorizando:
- ❖ Redução de desperdícios na construção civil;
- ❖ Uso eficiente de recursos e energia;
- ❖ Previsão de coleta e destinação adequada de resíduos;
- ❖ Estímulo à contratação de mão de obra local e inclusão produtiva.

4.17 - Requisitos de sustentabilidade

4.17.1 - Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

4.17.2 - Dessa forma, a observância dos requisitos de sustentabilidade contribuirá para a execução de uma obra eficiente, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, assegurando benefícios duradouros à população e ao meio ambiente.

4.18 – Subcontratação

4.18.1 – Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

4.18.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.18.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.18.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

4.18.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

4.18.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

4.19 – Vistoria

4.19.1 – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, que deverá ser agendado diretamente com o setor competente.

4.19.2 - Poderá realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, horário de expediente, devendo o agendamento ser efetuado via e-mail: planejamentotarauaca@gmail.com ou com documento protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Tarauacá, situada na Rua Benjamin Constant, nº 1.200, Bairro Centro, Tarauacá/AC, CEP: 69.970.000.

4.19.3 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.19.4 - Recomendam-se aos Licitantes fazer um reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

construtivos necessários à sua perfeita execução. Os aspectos que as Licitantes julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos nestas Especificações, deverão ser apresentados à Fiscalização através do e-mail acima e elucidados antes da Licitação da obra. Após esta fase, qualquer dúvida poderá ser interpretada apenas pela Fiscalização, não cabendo qualquer recurso ou reclamação, mesmo que isso venha a acarretar acréscimo de serviços não previstos no orçamento apresentado por ocasião da Licitação.

4.20 – Participação de Consórcio

4.20.1 - A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela.

4.20.2 – Esta licitação não permitirá a formação de consórcios, uma medida considerada excepcional e que, conforme o art. 15, caput da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a autuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.

4.20.3 – A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a serviços e obras de engenharia para a construção, não exige qualificação distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

4.21 - Os requisitos legais e de sustentabilidade aqui descritos integram o conjunto de obrigações mínimas a serem observadas no planejamento e execução da obra, garantindo:

- aderência plena à Lei nº 14.133/2021,
- conformidade técnica com normas sanitárias e de engenharia,
- atendimento às exigências do Ministério do Esporte,
- execução sustentável, segura e eficiente, em benefício da população de Tarauacá.

4.22 - Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico e/ou edital. Os padrões mínimos de qualidade exigidos serão apresentados no edital, os quais servirão de parâmetro para seleção da proposta mais vantajosa, obedecendo o rol de documentos vinculados no art. 62 a 70 da lei de licitações e contratos nº 14.133/2021 e outros pertinentes definidos no edital.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, IV DA LEI 14.133/2021)

5.1 - A estimativa das quantidades para a contratação refere-se à implantação de 01 (uma) unidade de espaço esportivo comunitário, com área total aproximada de 3.000,00 m², conforme diretrizes estabelecidas na Proposta nº 986844/2025 – Transferegov.

5.2 - O empreendimento será composto pelos seguintes elementos:

- ❖ 01 (um) campo de futebol com grama sintética;
- ❖ 01 (uma) meia quadra de basquete;
- ❖ 01 (um) parquinho infantil;
- ❖ 01 (uma) pista de caminhada (Tipo A).

Tabela de Áreas	
Nome	Área
CAMPO SOCIETY	1.400 m²
GRAMADO	291,85 m²
PASSARELA PAVIMENTADA	40,06 m²
PISTA DE CAMINHADA	613,49 m²
QUADRA 3X3	221 m²
ÁREA PAVIMENTADA LATERAL CAMPO	50,01 m²
ÁREA PAVIMENTADA	179,99 m²
ÁREA PLAYGROUND	142,84 m²
Total geral	2.939,23 m²

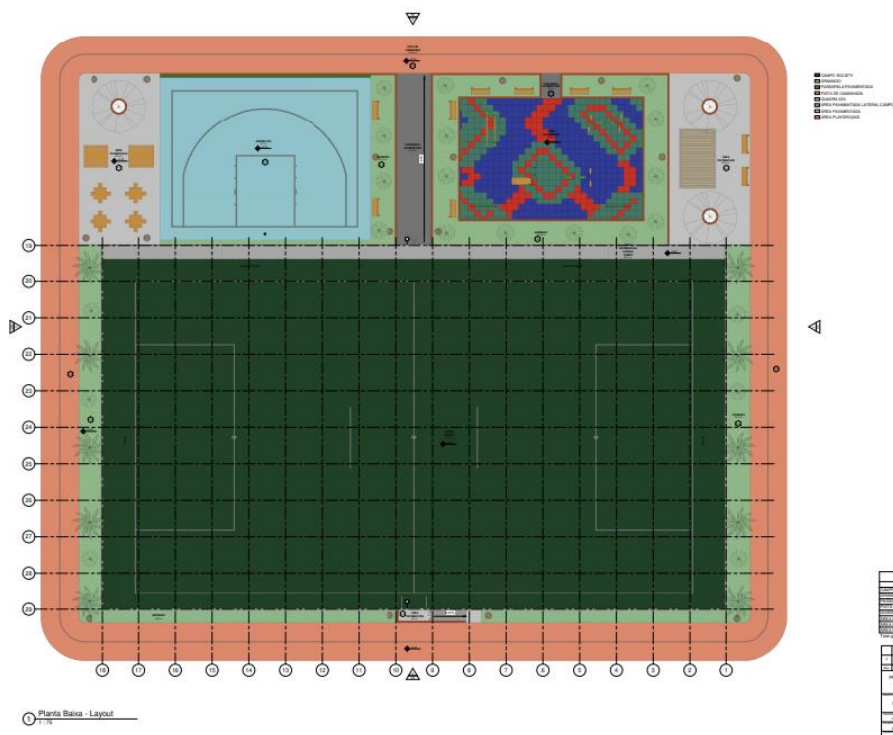


Imagem 04 – Projeto / Layout

5.3 - Ressalta-se que, por se tratar de objeto vinculado a convênio previamente aprovado, as quantidades dos serviços, materiais e insumos encontram-se devidamente estabelecidas nos projetos técnicos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias integrantes da proposta, os quais servirão como base para a instrução do processo licitatório.

5.4 - A memória de cálculo das quantidades encontra-se detalhada nas planilhas orçamentárias que integram o processo, tendo sido adotados parâmetros técnicos usuais de obras, com base em referências como SINAPI, CPU.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

ITEM	FONTE	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL
I			CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA		
1			FUNDAÇÃO		
1.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	26,00
1.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	104,00
1.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	62,40
1.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	43,70
2			PAVIMENTAÇÃO		
2.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	1.450,00
2.2	CPU	C001	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1), ESPESSURA DE 10 CM	M3	140,00
2.3	CPU	C002	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00
2.4	CPU	C003	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PÓ DE BRITA), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00
2.5	CPU	C004	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 42 MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	M2	1.400,00
2.6	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	50,01
2.7	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	50,01
3			ESTRUTURA		

3.1	SINAPI	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	79,30
3.2	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	122,00
3.3	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	276,00
3.4	SINAPI	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	5,95
3.5	CPU	C007	ESTACA BROCA DE CONCRETO (0,20 X 0,20) M, ESCAVAÇÃO MANUAL, COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	M	58,00
4			ALVENARIA E FECHAMENTO		
4.1	SINAPI	103325	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	79,00
4.2	SINAPI	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	438,45
5			REVESTIMENTO		
5.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL.	M2	158,00

5.2	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	158,00
6			PINTURA		
6.1	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	158,00
6.2	SINAPI	100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	876,90
7			EQUIPAMENTOS		
7.1	CPU	C005	CONJUNTO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 5,00 X 2,20 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 4", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 3 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
II			MEIA QUADRA DE BASQUETE		
8			FUNDAÇÃO		
8.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	10,50
8.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	30,00
8.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	18,00
8.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	24,00
9			PAVIMENTAÇÃO		

9.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	221,00
9.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	221,00
9.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	221,00
9.4	COT	COT-010	PISO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO E RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO UV, INCLUINDO DEMARCAÇÃO DA QUADRA COM TINTA À BASE DE PU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00
10			EQUIPAMENTOS		
10.1	CPU	C006	TABELA DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS, REDES E ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00
III			PARQUINHO INFANTIL		
11			FUNDAÇÃO		
11.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	8,75
11.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	25,00
11.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	15,00
11.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	20,00
12			PAVIMENTAÇÃO		

12.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	142,84
12.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	142,84
12.3	SINAPI	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2	142,84
12.4	SINAPI	101735	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	142,84
13			EQUIPAMENTOS		
13.1	COT	COT-001	PAREDE ESCALADA (2,00 X 1,80)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M111 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UND	2,00
13.2	COT	COT-002	GANGORRA DUPLA (3,00 X 2,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M128 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
13.3	COT	COT-003	BRINQUEDO (4,00 X 5,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, CONTENDO 1 CASINHA, 1 RAMPA DE ACESSO, 1 ESCORREGADOR, 1 ESCADA DE MARINHEIRO E 2 BALANÇOS, REF. MODELO M220 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR	UN	1,00
13.4	COT	COT-006	BALANÇO DUPLO (1,50 X 3,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M117 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
13.5	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO	UN	6,00

			EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM		
13.6	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00
IV			PISTA DE CAMINHADA		
14			PAVIMENTAÇÃO		
14.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	613,52
14.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	613,52
14.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	613,52
15			PINTURA		
15.1	SINAPI	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	613,52
15.2	SINAPI	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE FAIXA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL	M	204,72
V			IMPLANTAÇÃO GERAL		
16			PAVIMENTAÇÃO		
16.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	214,22
16.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	214,22

16.3	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	214,22
16.4	SINAPI	94279	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_05/2016	M	167,30
16.5	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M2	291,85
17			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO		
17.1	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00
17.2	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	16,00
17.3	COT	COT-007	MESA PARA JOGOS (1,00 X 1,00)M COM 4 BANCOS (0,30 X 0,30)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M314 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00
17.4	COT	COT-008	CONJUNTO MESA (1,00 X 2,00)M E 2 BANCOS (0,30 X 2,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M315 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	2,00
17.5	SINAPI	103315	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	M2	11,75

17.6	SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UND	40,00
17.7	SINAPI	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UND	20,00
17.8	SINAPI	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UND	3,00
18			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
18.1	CPU	C011	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00
18.2	CPU	C012	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	70,00
18.3	CPU	C013	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	180,00
18.4	CPU	C014	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	120,00
18.5	CPU	C015	CURVA LONGA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	14,00
18.6	CPU	C016	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	165,00
18.7	CPU	C017	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	700,00
18.8	CPU	C018	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	340,00
18.9	CPU	C019	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	870,00

18.10	CPU	C020	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20,00
18.11	CPU	C021	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00
18.12	CPU	C022	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
18.13	CPU	C023	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
18.14	CPU	C024	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM ² E DISJUNTOR DIN 70A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO)	UND	1,00
18.15	CPU	C025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.16	CPU	C026	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
18.17	CPU	C027	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.18	CPU	C028	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
18.19	CPU	C029	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 45 KA, 175 V, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
18.20	CPU	C030	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	15,00
18.21	CPU	C031	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00

18.22	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UND	5,00
18.23	CPU	C032	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1800 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
18.24	CPU	C033	REFLETOR EM ALUMÍNIO, DE SUPORTE E ALÇA, COM LÂMPADA EM LED 100W DE POTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	13,00
18.25	SINAPI	97886	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UND	17,00
18.26	CPU	C034	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 3 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	6,00
18.27	CPU	C035	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 6 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
19			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS		
19.1	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
19.2	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
19.3	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00
19.4	SINAPI	89366	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00
19.5	SINAPI	89364	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
19.6	SINAPI	89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00
19.7	SINAPI	89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
19.8	SINAPI	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA JARDIM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00

20			DRENAGEM		
20.1	SINAPI	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	48,00
20.2	SINAPI	102711	JUNÇÃO DUPLA DE PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 X 100 X 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
20.3	CPU	C009	CAIXA ENTERRADA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, TAMPA EM CONCRETO COM GRELHA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,6X0,5 M PARA REDE DE DRENAGEM	UND	2,00
20.4	CPU	C010	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	M	360,00
21			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
21.1	SINAPI	100984	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3)	M3	450,00
21.2	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM)	M3XKM	4.500,00

Imagem 04 – Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado foram obtidos através dos Projetos


5.5 - A estimativa das quantidades necessárias para a perfeita execução da obra foi elaborada com base em levantamento in loco, projetos atualizados e memoriais descritivos emitidos pelo projeto, considerando os serviços ainda não executados.

5.5.1 - “Os projetos arquitetônicos e complementares utilizados são oriundos do convênio, permanecendo válidos como projetos de referência. Contudo, a execução dos serviços remanescentes exigirá o registro de nova ART/RRT, vinculada ao contrato decorrente deste processo, em observância à legislação profissional e às normas do Convênio.”

5.6 - Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

5.7 - Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades serviço, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5.8 - No caso, a documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021. Os serviços requeridos em atendimento ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, é a relevância técnica do objeto do certame. Segue anexo ao ETP a definição do Acervo técnico a ser requerido na licitação.


 ESTADO DO ACRE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

DEFINIÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

INFORMAÇÕES BÁSICAS


- 1.1. Número do Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Compromisso: 986844/2025
- 1.2. Nome do Projeto: Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá
- 1.3. Localização da Obra: Avenida Tancredo Neves, SN, Avelino Leal, Tarauacá, Acre.
- 1.4. Requerente: Prefeitura de Tarauacá

OBJETIVO: Definição de capacidade técnica para comprovação de que a licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executora, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Tomado por base a Planilha Orçamentária para a contratação do objeto em epígrafe, faz-se necessário que os licitantes comprovem através de atestados de capacidades técnicas as quantidades abaixo relacionadas:

Item	Descrição	Quantidade
13.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,30 M) COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO DN 100 MM. ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	72,43 m²
14.3	EXECUÇÃO DE PASSARELO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 8 CM ARMADO	306,76 m²
20.4	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,30 M) COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFORADO DN 100 MM. ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	180,00 m


 ESTADO DO ACRE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

Comprovação da empresa, que possua em seu corpo técnico, profissionais de nível superior com formação, conforme indicação a seguir, detentor de atestado (s), averbados pelo CREA/CAU, em nome do próprio Responsável Técnico, que comprove (m) ter o(s) profissional (is):

Item	Descrição
1.0	Engenheiro Civil ou Arquiteto
2.0	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho

ENCERRAMENTO:

1.5. Finalizo ainda considerando aprovada a planilha orçamentária e projetos para a contratação de empresa especializada a Construção de Construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Tarauacá/AC, objeto do Convênio SICONV nº 986844/2025, celebrado entre o Município do Esporte e a Prefeitura de Tarauacá.

Sem mais,

Tarauacá, Acre, 30 de março de 2026.



 PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ
 Secretaria de Planejamento
 Ana Caroline Forret Ribeiro Maia
 Engenheira Civil - CREA: 21466-D/AC

Imagem 05 - Documento da Definição do Acervo Técnico – Anexo

5.9 - Ressalta-se que as quantidades estimadas são suficientes para a execução integral do objeto, podendo sofrer ajustes pontuais durante a execução, desde que devidamente justificados e dentro dos limites legais.

5.10 - Dessa forma, a estimativa apresentada assegura a adequada previsão dos insumos e serviços necessários, garantindo a viabilidade técnica e econômica da contratação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º, V DA LEI 14.133/2021)

6.1 - Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado com o objetivo de identificar possíveis soluções capazes de atender à necessidade administrativa de implantação de infraestrutura esportiva comunitária.

6.2 - Foram consideradas, em tese, as seguintes alternativas:

I – Não realizar a contratação: alternativa descartada, pois manteria a deficiência de infraestrutura esportiva;

II – Reforma de espaços existentes: inviável, considerando a inexistência de estrutura adequada no local;

III – Implantação de espaço esportivo com estrutura simplificada: não atende plenamente às demandas sociais e de acessibilidade;

IV – Execução de modelo diverso do aprovado no termo de compromisso: alternativa afastada, considerando que o objeto se encontra previamente definido e aprovado junto ao órgão concedente, com projeto padronizado e parâmetros técnicos específicos, cuja alteração demandaria nova análise e aprovação, podendo comprometer a execução do ajuste firmado.

6.3 - Dessa forma, considerando que a presente contratação decorre de **Termo de Compromisso já celebrado**, com solução técnica previamente aprovada pelo órgão concedente, conclui-se que a alternativa mais adequada e juridicamente viável consiste na execução integral do objeto conforme projeto e especificações previamente estabelecidos, não sendo admissível a adoção de soluções distintas.

6.4 - Embora haja limitação quanto à escolha da solução, o levantamento de mercado cumpre sua finalidade ao demonstrar que a alternativa definida é compatível com as práticas usuais de mercado e atende plenamente à necessidade administrativa, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6.4.1 – Ainda assim, o levantamento de mercado foi realizado através de dois métodos, quais sejam:

- ❖ Pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes e objetos da mesma natureza, tendo em vista a busca pela padronização das contratações públicas e visualizando os a efetivação dos Princípios da Economicidade, Eficiência e Desenvolvimento Nacional Sustentável e;

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
--	---	---

Página 29 de 70

- ❖ Pesquisa de mercado, analisando todas as possíveis soluções para atender à necessidade administrativa.

6.4.2. Método 1 (pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes):

Foi realizado um levantamento de processos licitatórios realizados pela administração pública, com a finalidade de evidenciar qual foi a solução adotada por outros órgãos e entidades públicas para solucionar as necessidades administrativas semelhantes à necessidade desta municipalidade.

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE LAGOA DA PRATA	Concorrência - Eletrônica	Contratação de Empresa Especializada para construção de Centro Esportivo (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada tipo B), situada à Rua Maranhão, no Bairro Marília, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Memorial Descritivo e Projeto Básico.

<https://pncp.gov.br/app/editais/18318618000160/2026/90>

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE	Concorrência - Eletrônica	Contratação De Empresa Especializada Para A Execução De Obra De Construção De Centro Esportivo (Termo De Compromisso Ogu Nº 986617/2025 - Operação 1106784-46 - Programa Esporte Para A Vida), Compreendendo A Implantação De Campo De Futebol Com Grama Sintética, Meia Quadra De Basquete, Parquinho Infantil E

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	------------------------------

Página 30 de 70

		Pista De Caminhada (Tipo B), Destinado Ao Atendimento Das Necessidades Esportivas, Recreativas E De Lazer Da Comunidade Da Viçosinha, No Município De Venda Nova Do Imigrante Es
--	--	--

<https://pncp.gov.br/app/editais/31723497000108/2026/18>

Órgão, Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação
MUNICIPIO DE ESTREITO / MA	Concorrência - Eletrônica	Contratação De Empresa Na Area De Construção Civil Para Construção De Centro Esportivo Contendo Campo De Futebol Com Grama Sintética, Meia Quadra De Basquete, Parquinho Infantil E Pista De Caminhada (Tipo B) Na Cidade De Estreito/MA, Conforme Termo De Compromisso Nº 986860/2025 Ministério Dos Esportes.

<https://pncp.gov.br/app/editais/07070873000110/2026/31>

6.4.2.1. Verifica-se que a solução de contratação de empresa para os serviços requeridos neste ETP, é comum em outros órgãos públicos conforme referência a obras similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

6.4.3. Método 2 (possíveis alternativas apresentadas):

6.4.3.1. Solução 1: Contratação de empresa através de processo licitatório.

Com base nas informações acima coletadas, fica claro que a contratação de uma empresa com experiência anterior em serviços de construção mostra-se eficaz tecnicamente e fundamentalmente necessária.

- ❖ Expertise técnica anterior: empresas têm experiência e conhecimento técnico para realizar serviços desta natureza.
- ❖ Cumprimento de prazos: as empresas geralmente têm processos estabelecidos para cumprir prazos de entrega.

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

- ❖ Conformidade legal: as empresas geralmente estão familiarizadas com as regulamentações e normas específicas para construções em geral, garantindo conformidade com as leis locais e nacionais.
- ❖ Garantia de qualidade: empresas oferecem garantias de qualidade para o trabalho realizado conforme disposto em lei, garantido tranquilidade para a administração pública.
- ❖ Foco na eficiência: empresas tendem a adotar práticas e tecnologias mais avançadas para aumentar a produtividade das obras, resultando flexibilidade e em economia de tempo e recursos.

6.4.3.2. Solução 2: Execução direta dos serviços por esta Municipalidade.

Esta solução requer que o Município monte uma estrutura organizacional para a execução dos serviços necessários, além de mão de obra técnica com expertise para execução dos serviços, o que não é comum ter no corpo efetivo desta Municipalidade.

6.5. Solução adotada:

6.5.1 - Dentre as soluções apresentadas, a alternativa que apresentou ser mais vantajosa e eficiente é a **contratação de empresa para os serviços de Construção Do Espaço Esportivo Comunitário**. A implantação do objeto irá possibilitar a melhoria da infraestrutura esportiva e com isso ampliar a oportunidade da prática de atividades esportivas e de lazer aos jovens, crianças, adultos, idosos e de pessoas com deficiência, bem como da população em geral do nosso município. Público alvo: Crianças, adolescentes, adultos, pessoas com deficiência, terceira idade, escolas do município.

6.5.2 - Ressalta-se que a solução adotada se encontra previamente definida no âmbito do Termo de Compromisso firmado, com projeto técnico aprovado pelo órgão concedente, não sendo admissível a adoção de solução diversa.

6.5.3 - Adicionalmente, embora não tenham sido realizadas cotações diretas com fornecedores, o objeto é padronizado e amplamente executado em âmbito nacional, sendo sua compatibilidade com o mercado validada por meio de referenciais oficiais (SINAPI) e pela aprovação do projeto pelo órgão concedente.

6.6 - Vale ressaltar que se trata de serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de concorrência, em sua forma eletrônica.

6.6.1 - A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do

certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital. A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação. Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n. 227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de reforma predial de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia. Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal n.5.194/66. A modalidade adequada para o processamento da Concorrência é por meio da concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o art.17, §2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica. A Concorrência, portanto, assegura a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a observância dos princípios da eficiência e economicidade, além de atender ao interesse público.

6.7 - Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei nº 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.

6.8 - Sabe-se que as modalidades de licitação identificadas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, são classificadas em razão da natureza do objeto a ser licitado pela administração. Enquadrando-se o objeto como Obra e Serviços Comuns de Engenharia, devendo, portanto, ser aplicada a modalidade Concorrência Eletrônica.

6.9 - Devendo ser realizado levantamento de mercado através de Tabelas Oficiais na Elaboração do Projeto Básico, de acordo com as normas do CREA e CONFEA, levantamento em conta as soluções aplicadas no âmbito público regional.

6.10 - Entre os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 encontra-se o do planejamento. O mesmo Diploma Legal prevê que a primeira etapa do planejamento é o estudo técnico preliminar – ETP. Com isso, cabe a esse estudo orientar a futura contratação

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VI DA LEI 14.133/2021).

7.1 - A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nas planilhas orçamentárias integrantes do projeto de engenharia aprovado no âmbito do Termo de Compromisso firmado, observando-se os parâmetros técnicos definidos pelo órgão concedente.

7.2 - Para a composição dos custos, foram adotadas como referência principal as tabelas oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), acrescidas, quando necessário, de composições de custos unitários próprias (CPU), devidamente justificadas, em conformidade com as boas práticas da engenharia de custos. Ressalta-se que, embora não tenham sido realizadas cotações diretas, o objeto é padronizado e amplamente executado no território nacional, com base em referenciais oficiais, sendo a compatibilidade com o mercado já validada pelo órgão concedente no momento da aprovação do projeto.

7.3 - A metodologia utilizada contemplou:

- ❖ levantamento detalhado dos quantitativos a partir dos projetos técnicos;
- ❖ aplicação de custos unitários atualizados, compatíveis com o mercado;
- ❖ inclusão de encargos sociais e trabalhistas;
- ❖ definição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), compatível com a natureza da obra;
- ❖ consideração de eventuais custos logísticos, em razão das especificidades geográficas do município.

7.4 - Registra-se que, em razão de o objeto estar vinculado a instrumento formal previamente aprovado, a estimativa de custos já passou por análise técnica do órgão concedente, conferindo maior segurança quanto à sua adequação e compatibilidade com os preços praticados no mercado, ficando a impossibilidade de comparação por se tratar de projeto padronizado aprovado.

7.5 - O valor estimado para a execução do objeto é de **1.530.224,30 (Um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta centavos)**, conforme detalhamento constante na planilha orçamentária anexa a este Estudo Técnico Preliminar. Sendo R\$

1.462.500,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) com recursos do termo de compromisso, oriundo do Ministério do Esporte e R\$ 67.724,30 (Sessenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) de contrapartida do Município.

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PARQUINHO INFANTIL E PISTA DE CAMINHADA (TIPO A).	Construção	REF. 01: SINAPI – 12/2025	R\$ 1.530.224,30

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID	QTDE TOTAL	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO UNIT C/ BDI R\$	TOTAL C/ BDI
I			CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA					
1			FUNDAÇÃO				340,90	14.784,66
1.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	26,00	70,74	88,45	2.299,70
1.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	104,00	0,80	1,00	104,00

1.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	62,40	59,56	74,47	4.646,93
1.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	43,70	141,55	176,98	7.734,03
2			PAVIMENTAÇÃO				2.190,89	475.382,13
2.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	1.450,00	3,01	3,76	5.452,00
2.2	CPU	C001	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1), ESPESSURA DE 10 CM	M3	140,00	434,90	543,76	76.126,40
2.3	CPU	C002	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.0), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	502,88	628,75	44.012,50
2.4	CPU	C003	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PÓ DE BRITA), ESPESSURA DE 5 CM	M3	70,00	502,88	628,75	44.012,50
2.5	CPU	C004	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 42 MM (FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO)	M2	1.400,00	169,73	212,21	297.094,00
2.6	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	50,01	59,56	74,47	3.724,24

2.7	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	50,01	79,33	99,19	4.960,49
3			ESTRUTURA				1.989,49	45.217,62
3.1	SINAPI	96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	79,30	108,34	135,46	10.741,98
3.2	SINAPI	96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	122,00	23,47	29,34	3.579,48
3.3	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	276,00	19,24	24,06	6.640,56
3.4	SINAPI	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	5,95	1.232,07	1.540,46	9.165,74
3.5	CPU	C007	ESTACA BROCA DE CONCRETO (0,20 X 0,20) M, ESCAVAÇÃO MANUAL, COM TUBO DE AÇO GALVANIZADO DE 2"	M	58,00	208,09	260,17	15.089,86

4			ALVENARIA E FECHAMENTO				328,00	99.246,99
4.1	SINAPI	103325	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	79,00	99,16	123,98	9.794,42
4.2	SINAPI	102363	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M2	438,45	163,18	204,02	89.452,57
5			REVESTIMENTO				75,93	11.996,94
5.1	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL.	M2	158,00	6,46	8,08	1.276,64
5.2	SINAPI	87530	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	M2	158,00	54,27	67,85	10.720,30

6			PINTURA				49,65	32.308,87
6.1	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	158,00	12,49	15,62	2.467,96
6.2	SINAPI	100750	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	876,90	27,22	34,03	29.840,91
7			EQUIPAMENTOS				5.724,01	5.724,01
7.1	CPU	C005	CONJUNTO PARA FUTEBOL DE CAMPO COM PAR DE TRAVES OFICIAIS DE 5,00 X 2,20 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 4", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 3 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	4.578,11	5.724,01	5.724,01
II			MEIA QUADRA DE BASQUETE					
8			FUNDAÇÃO				340,90	6.546,71
8.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	10,50	70,74	88,45	928,73

8.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	30,00	0,80	1,00	30,00
8.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	18,00	59,56	74,47	1.340,46
8.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	24,00	141,55	176,98	4.247,52
9			PAVIMENTAÇÃO				118.147,87	170.780,67
9.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	221,00	3,01	3,76	830,96
9.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	221,00	59,56	74,47	16.457,87
9.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	221,00	128,78	161,01	35.583,21
9.4	COT	COT-010	PISO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTO IMPACTO E RESISTÊNCIA, PROTEÇÃO UV, INCLUINDO DEMARCAÇÃO DA	UN	1,00	99.008,00	117.908,63	117.908,63

			QUADRA COM TINTA À BASE DE PU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO					
10			EQUIPAMENTOS				5.408,15	5.408,15
10.1	CPU	C006	TABELA DE BASQUETE DE COMPENSADO NAVAL, COM AROS, REDES E ESTRUTURA EM TUBO GALVANIZADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UND	1,00	4.325,49	5.408,15	5.408,15
III			PARQUINHO INFANTIL					
11			FUNDAÇÃO				340,90	5.455,59
11.1	SINAPI	97082	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA FUNDAÇÃO	M3	8,75	70,74	88,45	773,94
11.2	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	M2	25,00	0,80	1,00	25,00
11.3	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	15,00	59,56	74,47	1.117,05
11.4	SINAPI	89470	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM)	M2	20,00	141,55	176,98	3.539,60

12			PAVIMENTAÇÃO				756,81	108.102,74
12.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	142,84	3,01	3,76	537,08
12.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	142,84	59,56	74,47	10.637,29
12.3	SINAPI	87702	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2	142,84	85,99	107,51	15.356,73
12.4	SINAPI	101735	PISO DE BORRACHA ESPORTIVO, ESPESSURA 15MM, ASSENTADO COM ARGAMASSA. AF_09/2020	M2	142,84	456,75	571,07	81.571,64
13			EQUIPAMENTOS				38.682,03	51.150,86
13.1	COT	COT-001	PAREDE ESCALADA (2,00 X 1,80)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M111 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UND	2,00	6.334,50	7.920,03	15.840,06

13.2	COT	COT-002	GANGORRA DUPLA (3,00 X 2,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M128 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	5.261,26	6.265,63	6.265,63
13.3	COT	COT-003	BRINQUEDO (4,00 X 5,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, CONTENDO 1 CASINHA, 1 RAMPA DE ACESSO, 1 ESCORREGADOR, 1 ESCADA DE MARINHEIRO E 2 BALANÇOS, REF. MODELO M220 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR	UN	1,00	16.176,80	19.264,95	19.264,95
13.4	COT	COT-006	BALANÇO DUPLO (1,50 X 3,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M117 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	2.529,34	3.012,19	3.012,19
13.5	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	6,00	763,93	909,76	5.458,56
13.6	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	1,00	1.099,56	1.309,47	1.309,47

IV			PISTA DE CAMINHADA					
14			PAVIMENTAÇÃO				239,24	146.778,53
14.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	613,52	3,01	3,76	2.306,84
14.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	613,52	59,56	74,47	45.688,83
14.3	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	M2	613,52	128,78	161,01	98.782,86
15			PINTURA				88,41	47.990,75
15.1	SINAPI	102494	PINTURA DE PISO COM TINTA EPÓXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS, INCLUSO PRIMER EPÓXI. AF_05/2021	M2	613,52	58,48	73,12	44.860,58
15.2	SINAPI	102506	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE FAIXA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL	M	204,72	12,23	15,29	3.130,17

V			IMPLANTAÇÃO GERAL					
16			PAVIMENTAÇÃO				291,40	61.599,42
16.1	SINAPI	100576	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO. AF_11/2019	M2	214,22	3,01	3,76	805,47
16.2	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	M2	214,22	59,56	74,47	15.952,96
16.3	CPU	C008	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM	M2	214,22	79,33	99,19	21.248,48
16.4	SINAPI	94279	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSEIOS. AF_05/2016	M	167,30	62,11	77,66	12.992,52
16.5	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M2	291,85	29,05	36,32	10.599,99
17			URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO				14.220,41	78.533,78

17.1	COT	COT-004	BANCO FIXO (0,70 X 1,50)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M312 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00	763,93	909,76	3.639,04
17.2	COT	COT-005	CESTO DE LIXO (0,60 X 0,60)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M313 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	16,00	1.099,56	1.309,47	20.951,52
17.3	COT	COT-007	MESA PARA JOGOS (1,00 X 1,00)M COM 4 BANCOS (0,30 X 0,30)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M314 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	4,00	3.800,00	4.525,42	18.101,68
17.4	COT	COT-008	CONJUNTO MESA (1,00 X 2,00)M E 2 BANCOS (0,30 X 2,00)M EM MADEIRA PINUS OU EUCALIPTO TRATADO, COM ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO, REF. MODELO M315 DA LÚDICO PARQUES OU SIMILAR - FORNECIMENTO E MONTAGEM	UN	2,00	4.876,39	5.807,29	11.614,58
17.5	SINAPI	103315	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE SOLO. AF_11/2021	M2	11,75	231,88	289,92	3.406,56

17.6	SINAPI	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UND	40,00	224,28	280,42	11.216,80
17.7	SINAPI	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UND	20,00	296,83	371,13	7.422,60
17.8	SINAPI	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UND	3,00	581,46	727,00	2.181,00
18			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				14.848,41	89.291,56
18.1	CPU	C011	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	6,00	30,88	38,61	231,66
18.2	CPU	C012	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 50 (1 1/2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	70,00	9,14	11,43	800,10
18.3	CPU	C013	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	180,00	13,02	16,28	2.930,40
18.4	CPU	C014	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	120,00	35,50	44,39	5.326,80
18.5	CPU	C015	CURVA LONGA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	14,00	24,20	30,26	423,64

18.6	CPU	C016	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	165,00	5,85	7,31	1.206,15
18.7	CPU	C017	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	700,00	8,61	10,77	7.539,00
18.8	CPU	C018	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	340,00	12,15	15,19	5.164,60
18.9	CPU	C019	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	870,00	19,42	24,28	21.123,60
18.10	CPU	C020	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM ² , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	20,00	30,46	38,08	761,60
18.11	CPU	C021	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	40,24	50,31	251,55
18.12	CPU	C022	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	37,80	47,26	378,08
18.13	CPU	C023	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE PVC DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	53,45	66,83	133,66

18.14	CPU	C024	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM ² E DISJUNTOR DIN 70A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO)	UND	1,00	4.615,75	5.771,07	5.771,07
18.15	CPU	C025	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	471,00	588,89	588,89
18.16	CPU	C026	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	13,38	16,73	66,92
18.17	CPU	C027	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	14,85	18,57	18,57
18.18	CPU	C028	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	82,28	102,87	102,87
18.19	CPU	C029	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 45 KA, 175 V, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	119,55	149,47	597,88
18.20	CPU	C030	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM ² , NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	15,00	105,53	131,94	1.979,10
18.21	CPU	C031	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	5,00	113,68	142,13	710,65

18.22	SINAPI	98111	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO, CIRCULAR, EM POLIETILENO, DIÂMETRO INTERNO = 0,3 M. AF_12/2020	UND	5,00	58,01	72,53	362,65
18.23	CPU	C032	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1800 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	31,15	38,95	311,60
18.24	CPU	C033	REFLETOR EM ALUMÍNIO, DE SUPORTE E ALÇA, COM LÂMPADA EM LED 100W DE POTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	13,00	75,73	94,69	1.230,97
18.25	SINAPI	97886	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,3X0,3X0,3 M. AF_12/2020	UND	17,00	216,58	270,79	4.603,43
18.26	CPU	C034	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 3 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	6,00	2.515,11	3.144,64	18.867,84
18.27	CPU	C035	POSTE EM CONCRETO ARMADO SEÇÃO CIRCULAR 200/10, TIPO C-14 COM 6 REFLETORES EM LED 200W FIXADOS EM CRUZETA DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	3.122,56	3.904,14	7.808,28
19			INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				197,07	2.725,12
19.1	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00	26,67	33,35	1.000,50

19.2	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00	36,69	45,87	1.376,10
19.3	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	10,83	13,54	40,62
19.4	SINAPI	89366	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	18,56	23,21	69,63
19.5	SINAPI	89364	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	13,45	16,82	16,82
19.6	SINAPI	89400	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	1,00	22,81	28,52	28,52
19.7	SINAPI	89380	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00	11,52	14,40	28,80
19.8	SINAPI	86913	TORNEIRA CROMADA 1/2 OU 3/4 PARA JARDIM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	3,00	43,76	54,71	164,13
20			DRENAGEM				1.491,87	53.721,20
20.1	SINAPI	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	48,00	56,01	70,03	3.361,44
20.2	SINAPI	102711	JUNÇÃO DUPLA DE PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 X 100 X 100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00	88,06	110,10	880,80

20.3	CPU	C009	CAIXA ENTERRADA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, TAMPA EM CONCRETO COM GRELHA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,6X0,5 M PARA REDE DE DRENAGEM	UND	2,00	1.000,78	1.251,28	2.502,56
20.4	CPU	C010	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,40 X 0,20 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES	M	360,00	104,37	130,49	46.976,40
21			SERVIÇOS COMPLEMENTARES				15,17	17.478,00
21.1	SINAPI	100984	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3)	M3	450,00	10,03	12,54	5.643,00
21.2	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM)	M3XKM	4.500,00	2,10	2,63	11.835,00
						TOTAL	205.767,51	1.530.224,30

Camila Vilhena Monteiro

Camila Vilhena Monteiro
Enga. Civil – 8546/D – AC
RN 010612858 - 2

7.6 - A metodologia adotada consistiu na composição dos custos unitários dos serviços, considerando: insumos, mão de obra, equipamentos, encargos sociais horistas fixados em 91,83%;

7.7 - Além disso, foi aplicada a taxa de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), contemplando: BDI padrão no percentual de 25,03%, aplicado aos serviços em geral; BDI diferenciado no percentual de 19,09%, aplicado conforme a natureza específica de determinados itens da planilha orçamentária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ		
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PARQUINHO INFANTIL E PISTA DE CAMINHADA (TIPO A)	DATA: 05/03/2026
ENDEREÇO:	BRASIL	BDI GERAL: 25,03%
DATA BASE:	DEZEMBRO / 2025	BDI DIFERENCIADO: 19,09%
REV:	R00	ENC. SOCIAIS HORISTA: 91,83%

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

7.8 - A definição das taxas de BDI adotadas na estimativa orçamentária observou as diretrizes técnicas aplicáveis às obras públicas, considerando a estrutura de custos indiretos, tributos e margem de remuneração da contratada, em conformidade com as boas práticas de engenharia de custos e orientações dos órgãos de controle.

7.9 - A composição do BDI contemplou, dentre outros, os seguintes componentes:

- ❖ despesas indiretas (administração central, custos administrativos e financeiros);
- ❖ seguros e garantias contratuais;
- ❖ riscos e contingências inerentes à execução do objeto;
- ❖ tributos incidentes sobre o faturamento;
- ❖ margem de lucro da contratada.

7.10 - A adoção de BDI diferenciado encontra respaldo nas orientações técnicas aplicáveis, sendo medida que visa maior precisão orçamentária e aderência à realidade de mercado, evitando sobrepreço e promovendo maior economicidade à Administração Pública. Ressalta-se que os percentuais adotados são compatíveis com faixas praticadas em contratações públicas similares, especialmente aquelas baseadas em referências do SINAPI, e observam parâmetros aceitos pelos órgãos de controle, contribuindo para a formação de preços adequados e exequíveis.

7.11 - Destaca-se, ainda, que a correta definição do BDI é essencial para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, evitando tanto a inexecutabilidade da proposta quanto a ocorrência de sobrepreço, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.

8- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - (ART. 18, § 1º, VII DA LEI 14.133/2021).

8.1- A solução proposta consiste na **contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de Construção de Centro Esportivo Comunitário**, conforme projeto técnico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos que compõem o Termo de Compromisso firmado com o órgão concedente.

8.2 - A execução do objeto abrange, de forma integrada, todos os serviços necessários à completa implantação do empreendimento, incluindo:

- ❖ serviços preliminares e instalação de canteiro de obras;
- ❖ movimentação de terra e preparação do terreno;
- ❖ execução de fundações e estruturas;
- ❖ construção de quadra esportiva e demais espaços destinados à prática de atividades físicas;

- ❖ implantação de sistemas de drenagem;
- ❖ instalações elétricas e, quando aplicável, hidrossanitárias;
- ❖ execução de calçadas, acessos e urbanização do entorno;
- ❖ implantação de equipamentos esportivos e elementos complementares;
- ❖ acabamentos finais e serviços de limpeza e entrega da obra.

8.3- Ressalta-se que não está prevista a execução de cobertura da quadra ou de quaisquer estruturas cobertas, devendo a obra ser executada estritamente conforme os elementos constantes do projeto aprovado.

8.4 - A solução contempla, ainda, o atendimento às normas técnicas vigentes, especialmente no que se refere à segurança estrutural, acessibilidade, desempenho das edificações e sustentabilidade, garantindo que o equipamento público seja adequado ao uso coletivo e às necessidades da população.

8.5 - A execução da obra deverá ocorrer de forma contínua, observando o cronograma físico-financeiro, com acompanhamento e fiscalização por parte da Administração, de modo a assegurar a qualidade dos serviços, o cumprimento dos prazos e a correta aplicação dos recursos públicos.

8.6 - Adicionalmente, a execução da obra observará critérios de sustentabilidade, com adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, promovam o uso eficiente de recursos e assegurem a destinação adequada de resíduos.

8.7 - A solução também contempla o cumprimento das exigências do Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento das metas pactuadas.

8.8 - Dessa forma, a solução como um todo atende às necessidades identificadas pela Administração, proporcionando a implantação de infraestrutura urbana em vias novas, com qualidade, segurança e acessibilidade, contribuindo para o desenvolvimento urbano do município e melhoria das condições de vida da população.

8.9 - O prazo previsto para execução é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de início previsto na Ordem de Serviço, período considerado suficiente para a conclusão integral do objeto. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC, devendo a Contratada submeter à aprovação da Prefeitura Municipal a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS	ÍNDICE	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	VALOR
			30	60	90	120	SERVIÇO
							C/ BDI
01	FUNDAÇÃO	0,78%	10.496,23				10.496,23
	% no PERÍODO		100,00%				
02	PAVIMENTAÇÃO	29,51%	79.154,59	118.731,88	118.731,88	79.154,59	395.772,94
	% no PERÍODO		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%	
03	ESTRUTURA	2,67%	21.505,37	14.336,92			35.842,29
	% no PERÍODO		60,00%	40,00%			
04	ALVENARIA E FECHAMENTO	7,33%		29.510,80	39.347,73	29.510,80	98.369,32
	% no PERÍODO			30,00%	40,00%	30,00%	
05	REVESTIMENTO	0,76%		2.050,54	5.126,36	3.075,81	10.252,71
	% no PERÍODO			20,00%	50,00%	30,00%	
06	PINTURA	2,22%				29.710,34	29.710,34
	% no PERÍODO					100,00%	
07	EQUIPAMENTOS	0,40%				5.370,36	5.370,36
	% no PERÍODO					100,00%	
08	FUNDAÇÃO	0,35%		4.737,46			4.737,46
	% no PERÍODO			100,00%			
09	PAVIMENTAÇÃO	14,62%			196.104,91		196.104,91
	% no PERÍODO				100,00%		
10	EQUIPAMENTOS	0,32%				4.246,52	4.246,52
	% no PERÍODO					100,00%	
11	FUNDAÇÃO	0,29%		3.947,88			3.947,88
	% no PERÍODO			100,00%			
12	PAVIMENTAÇÃO	5,77%			23.204,57	54.143,99	77.348,56
	% no PERÍODO				30,00%	70,00%	
13	EQUIPAMENTOS	4,66%				62.491,33	62.491,33
	% no PERÍODO					100,00%	

14	PAVIMENTAÇÃO	7,59%	30.546,82	20.364,55	50.911,37		101.822,73
	% no PERÍODO		30,00%	20,00%	50,00%		
15	PINTURA	4,02%			10.792,94	43.171,76	53.964,70
	% no PERÍODO				20,00%	80,00%	
16	PAVIMENTAÇÃO	3,20%	12.861,26	8.574,18	21.435,44		42.870,88
	% no PERÍODO		30,00%	20,00%	50,00%		
17	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO	4,77%			31.999,74	31.999,74	63.999,48
	% no PERÍODO				50,00%	50,00%	
18	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	6,40%	17.154,88	25.732,33	25.732,33	17.154,88	85.774,42
	% no PERÍODO		20,00%	30,00%	30,00%	20,00%	
19	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	0,18%	968,60	1.452,91			2.421,51
	% no PERÍODO		40,00%	60,00%			
20	DRENAGEM	3,02%	32.424,27	8.106,07			40.530,34
	% no PERÍODO		80,00%	20,00%			
21	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1,13%				15.101,13	15.101,13
	% no PERÍODO					100,00%	
ESTIMATIVA DE MEDIÇÃO MENSAL		100,00%	205.112,04	237.545,50	523.387,25	375.131,25	1.341.176,04
TOTAL ACUMULADO			205.112,04	442.657,53	966.044,79	1.341.176,04	

8.10 - Dessa forma, a solução como um todo atende de maneira completa e integrada à necessidade pública identificada, demonstrando-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, em conformidade com o art. 18, §1º, VII, da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

8.11 – Do mais, a contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que foram definidos em projeto básico que previram todos os serviços preliminares e demais serviços.

8.11.1 - O regime de contratação convencional caracteriza-se pela contratação da obra com base em um projeto executivo previamente elaborado pela Administração, atribuindo ao contratado apenas a responsabilidade pela execução dos serviços e

fornecimento de materiais, conforme especificado no projeto executivo e no cronograma licitatório.

8.11.2 - Mediante prévia autorização da Administração, o projeto executivo poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico, e mantido as exigências constantes na legislação sanitária vigente.

8.11.3 - Este regime oferece maior controle à Administração sobre o escopo e a execução do empreendimento, reduzindo a transferência de riscos ao contratado.

8.11.4 - É recomendado para projetos em que a solução técnica já se encontra completamente desenvolvida e há baixo nível de incerteza em relação à execução.

8.12 – Vale ressaltar que no memorial descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades.

8.13 - Constam do presente memorial descritivo a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constam também do Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

8.14 - As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos. Classificação do objeto: **Contrato por escopo**, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade Concorrência, na forma Eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021. A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação preferencial para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.15 - Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a **execução indireta, através de empreitada por preço unitário.**

Modalidade da Licitação: Concorrência Eletrônica;

Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;

Forma: Eletrônica;

Modo de Disputa: aberto;

Critério de julgamento: Menor preço;

Tipo de Serviço: Serviço Comum de Obras e Serviços de Engenharia;

Tipo de Obra: Construção

Data Base do Orçamento: SINAPI – 12/2025

8.16 - A contratação será realizada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em razão das características técnicas do objeto e da necessidade de maior precisão na medição e pagamento dos serviços executados. O referido regime mostra-se mais adequado para a presente contratação, tendo em vista que, embora exista projeto previamente aprovado no âmbito do Termo de Compromisso, a execução de obras de engenharia está sujeita a variações nos quantitativos inicialmente estimados, especialmente em serviços como movimentação de terra, fundações, drenagem e demais intervenções diretamente influenciadas pelas condições reais do terreno. A adoção da empreitada por preço unitário permite que os pagamentos sejam realizados com base nas quantidades efetivamente executadas, aferidas por meio de medições periódicas, conferindo maior transparência, precisão e controle na aplicação dos recursos públicos. Além disso, esse regime:

- ❖ reduz o risco de sobrepreço decorrente de estimativas superdimensionadas;
- ❖ evita o pagamento por serviços não executados;
- ❖ assegura maior equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- ❖ proporciona maior flexibilidade para adequações técnicas necessárias durante a execução, desde que devidamente justificadas.

8.17 - Ressalta-se que a escolha do regime de execução observa os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, garantindo maior segurança na gestão contratual e melhor aderência às condições reais de execução da obra. Dessa forma, conclui-se que a **empreitada por preço unitário é o regime que melhor atende às necessidades da Administração para a execução do objeto em questão.**

8.18 - Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- menor preço;
- melhor técnica ou conteúdo artístico;
- técnica e preço;
- maior retorno econômico;
- maior desconto;

8.19 - Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

8.20 - Quando houver divergências entre estas especificações, os projetos apresentados e outros documentos apresentados deverão ser seguidos à ordem de prevalência:

- As normas técnicas prevalecem sobre as especificações técnicas e projetos apresentados;
- As cotas apresentadas prevalecem sobre as dimensões, medidas em escala;
- Os desenhos de maior escala prevalecem sobre os de menor escala;
- Os desenhos de datas mais recentes prevalecem sobre os de datas mais antigas.

9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, VIII DA LEI 14.133/2021).

9.1 - Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Após análise, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto**, devendo a contratação ser realizada de forma integrada, por meio de um único contrato.

9.2 - A não adoção do parcelamento justifica-se pelos seguintes aspectos:

- ❖ **Integração técnica dos serviços:** a obra constitui um conjunto indivisível de serviços de engenharia, cujas etapas são interdependentes, exigindo execução sequencial e coordenada, sob pena de comprometer a qualidade e a funcionalidade do empreendimento;

- ❖ **Responsabilidade técnica unificada:** a execução por uma única empresa permite a centralização da responsabilidade técnica, facilitando a fiscalização, a gestão contratual e a responsabilização por eventuais falhas construtivas;
- ❖ **Eficiência na execução:** a fragmentação do objeto poderia gerar conflitos operacionais entre diferentes contratadas, ocasionando atrasos, retrabalhos e dificuldades de compatibilização entre etapas;
- ❖ **Economicidade:** o parcelamento poderia resultar em aumento de custos indiretos, duplicação de estruturas administrativas e perda de ganhos de escala, tornando a contratação menos vantajosa para a Administração;
- ❖ **Risco à execução do objeto:** a contratação de múltiplos fornecedores aumentaria o risco de descontinuidade da obra, especialmente em caso de inadimplemento de alguma das contratadas;
- ❖ **Vinculação ao projeto aprovado:** considerando que o objeto está vinculado a Termo de Compromisso previamente celebrado, com solução técnica definida e aprovada, a execução integrada mostra-se necessária para garantir a conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo órgão concedente.

9.3 - Ressalta-se que a decisão pelo não parcelamento não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o objeto é usual no mercado de engenharia, sendo amplamente executado por empresas do setor.

9.4 - Outrossim, faz-se necessário considerar aspectos básicos como o técnico e o econômico. No que se concerne ao primeiro requisito, ressalta-se que a divisão deste serviço acarretaria riscos de comprometimento da sua qualidade. Ainda sob perspectiva técnica, independe lançar luzes sobre a centralização da responsabilidade em uma única empresa contratada, mas somente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado. Quanto ao quesito econômico, o parcelamento da obra pode aumentar custos com serviços preliminares e mobilização, bem como os relacionados a custo de canteiro de obras, dentre outros, tornando a contratação única mais vantajosa. Por outras palavras, em vista das razões técnicas e econômicas, a execução do serviço, objeto deste instrumento, de forma integralizada, por um só se mostra mais satisfatório do que se fosse efetuada por vários.

9.5 - Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único representa a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS - (ART. 18, § 1º, IX DA LEI 14.133/2021).

10.1 - A presente contratação tem como objetivo a implantação de um Centro Esportivo Comunitário, visando atender às demandas sociais do município e promover melhorias na qualidade de vida da população.

10.2 - Com a execução do objeto, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- ❖ Ampliação do acesso ao esporte e lazer: disponibilização de espaço adequado para a prática de atividades esportivas, recreativas e de convivência social, atendendo diferentes faixas etárias da população;
- ❖ Promoção da inclusão social: fortalecimento de políticas públicas voltadas à juventude e à comunidade em geral, contribuindo para a redução de situações de vulnerabilidade social;
- ❖ Melhoria da qualidade de vida: incentivo à prática de atividades físicas, promovendo saúde, bem-estar e integração comunitária;
- ❖ Valorização urbana e ordenamento do espaço público: melhoria da infraestrutura local, contribuindo para a organização e utilização adequada da área;
- ❖ Segurança e funcionalidade: oferta de ambiente estruturado e seguro, reduzindo a utilização de espaços inadequados para atividades esportivas;
- ❖ Eficiência na aplicação dos recursos públicos: execução de obra conforme projeto aprovado, garantindo durabilidade, qualidade e menor necessidade de manutenção corretiva;
- ❖ Atendimento às diretrizes do programa governamental: cumprimento dos objetivos estabelecidos no Termo de Compromisso firmado, assegurando a correta destinação dos recursos públicos vinculados.

10.3 - Os resultados pretendidos estão alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei 14.133/2021, e refletem os benefícios diretos e indiretos decorrentes da contratação.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO - (ART. 18, § 1º, X DA LEI 14.133/2021).

11.1 - Para viabilizar a adequada execução do objeto, a Administração deverá adotar, previamente à contratação e durante a execução contratual, as seguintes providências:

- ❖ **Aprovação e validação dos projetos técnicos:** garantir que todos os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos estejam devidamente aprovados e compatibilizados, conforme exigências do órgão concedente;

- ❖ **Regularização da área de intervenção:** assegurar a disponibilidade da área para execução da obra, livre e desimpedida, com a devida regularidade jurídica e ausência de impedimentos;
- ❖ **Previsão orçamentária e financeira:** confirmar a existência de dotação orçamentária suficiente, bem como o adequado planejamento financeiro para suportar a execução da obra, conforme cronograma físico-financeiro;
- ❖ **Licenças e autorizações:** providenciar, quando aplicável, as licenças ambientais e demais autorizações necessárias à execução do empreendimento;
- ❖ **Designação de equipe de gestão e fiscalização:** indicar formalmente gestor e fiscal do contrato, com qualificação técnica compatível, responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução dos serviços;
- ❖ **Estrutura administrativa de apoio:** assegurar que a Administração disponha de meios e recursos necessários para o acompanhamento da obra, incluindo suporte técnico do setor de engenharia;
- ❖ **Elaboração do processo licitatório:** promover a instrução completa do processo, com a inclusão do Estudo Técnico Preliminar, Projeto Básico/Executivo, minuta de edital e contrato, em conformidade com a legislação vigente;
- ❖ **Planejamento da fiscalização e medições:** estabelecer procedimentos claros para medição dos serviços executados, controle de qualidade e verificação do cumprimento das obrigações contratuais;
- ❖ **Gestão de riscos:** adotar medidas para identificação, monitoramento e mitigação de riscos associados à execução da obra, conforme mapa de riscos previamente elaborado;
- ❖ **Comunicação com o órgão concedente:** manter o devido acompanhamento e prestação de informações junto ao órgão responsável pelo Termo de Compromisso, garantindo conformidade com as condições pactuadas.

11.2 - A Administração deverá, ainda, assegurar a previsão orçamentária e a disponibilidade de recursos financeiros, incluindo a contrapartida municipal, garantindo a compatibilidade com os instrumentos de planejamento e orçamento vigentes.

11.3 - No âmbito técnico, será necessária a designação formal de equipe para gestão e fiscalização do contrato, composta por profissionais habilitados, responsáveis pelo acompanhamento da execução da obra, verificação do cumprimento das obrigações contratuais, medição dos serviços executados e emissão de relatórios técnicos.

11.4 - Recomenda-se a elaboração e aprovação do edital de licitação e de seus anexos, observando-se o regime de execução por empreitada por preço global, com definição clara do objeto, critérios de julgamento, obrigações da contratada, prazos, condições de execução,

medições, pagamentos e penalidades, garantindo transparência, competitividade e segurança jurídica ao certame.

11.5 – Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico- financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao convênio.

11.6 - Deverá também ser providenciada a emissão da ordem de serviço após a formalização do contrato, bem como a verificação das condições iniciais para início da obra, incluindo a liberação da área, eventuais licenças e autorizações necessárias.

11.7 - Durante a execução contratual, a Administração deverá garantir a adequada fiscalização dos serviços, promovendo o controle de qualidade, acompanhamento do cronograma e adoção de medidas corretivas quando necessário, assegurando o fiel cumprimento do objeto.

11.8 - Antes da celebração do contrato, deverá ser designada formalmente a equipe responsável pela gestão e fiscalização contratual, preferencialmente composta por servidores com qualificação técnica compatível com obras e serviços de engenharia. Caso necessário, recomenda-se a realização de capacitação prévia desses servidores, especialmente quanto às rotinas de fiscalização de obras, controle de qualidade, acompanhamento do cronograma físico- financeiro, medições, registro em diário de obras e prestação de contas dos recursos vinculados ao termo de compromisso. Fica desde já os servidores abaixo designados:

Gestor do Contrato:

Nome: José Carlos Bezerra da Silva

Cargo/Função: Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: Francisco Ednilton Santos Nascimento

Cargo/Função: Diretor de Esporte / zona urbana da Sec. Mun. Esporte e Lazer

E-mail: secesportiva@gmail.com

Rua: Avenida Antônio Frota, Nº 118, Centro Tarauacá – Acre / Cep: 69970-000

Fiscal Técnica:

Nome: Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia
Assessora Técnica em Engenharia
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC
Portaria nº 202/2025

11.9 - Antes do início da obra, deverão ser adotadas medidas como a emissão da ordem de serviço após a formalização do contrato, a conferência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do responsável indicado pela contratada, a disponibilização integral dos projetos e documentos técnicos à empresa executora, bem como a adoção de providências relacionadas à comunicação à comunidade local e organização da sinalização provisória da área de intervenção, quando necessário.

11.10 - Ao final, deverão ser adotadas providências relacionadas ao recebimento da obra, incluindo vistoria técnica, emissão de termo de recebimento provisório e definitivo, bem como registro e arquivamento da documentação pertinente.

11.11 - Durante a execução, caberá à Administração promover fiscalização sistemática da obra, acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro, atestar medições conforme critérios contratuais, registrar informações no diário de obra e adotar medidas corretivas tempestivas em caso de não conformidades.

11.12- Concluída a execução, deverão ser realizadas as etapas de recebimento provisório e definitivo da obra, mediante vistoria técnica que comprove a adequação dos serviços executados às especificações do projeto, às normas de acessibilidade e às condições contratuais, observando-se a inexistência de vícios ou defeitos construtivos relevantes.

11.13 - A Administração deverá assegurar a adequada instrução dos autos e a regular prestação de contas do convênio junto ao órgão concedente, mantendo a documentação organizada e disponível para eventual fiscalização dos órgãos de controle.

11.14 – Por fim, destaca-se a importância da publicidade e transparência de todos os atos preparatórios da licitação, por meio da inserção tempestiva dos documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e demais meios previstos em regulamento, assegurando competitividade, isonomia e controle social sobre o processo. A adoção dessas providências prévias ao contrato é indispensável para garantir segurança jurídica, viabilidade técnica e eficiência na execução da obra pública, resultando em benefícios reais à população e em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

11.15 - Dessa forma, as providências delineadas são indispensáveis para garantir a regularidade da contratação, a eficiência na execução contratual e o atendimento ao interesse público, em conformidade com o art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI DA LEI 14.133/2021).

12.1 - Para a adequada execução do objeto, foi realizada análise quanto à existência de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12.2 - Verificou-se que a presente contratação não possui, em regra, dependência direta de outras contratações para sua execução, uma vez que o objeto contempla, de forma integrada, todos os serviços de engenharia necessários à implantação completa do Espaço Esportivo Comunitário.

12.3 - Todavia, podem ser identificadas **contratações correlatas de natureza acessória**, que não interferem diretamente na execução da obra, mas que contribuem para o pleno funcionamento do equipamento após sua conclusão, tais como:

- ❖ aquisição de materiais e insumos para manutenção futura do espaço;
- ❖ contratação de serviços de limpeza e conservação;
- ❖ eventual contratação de profissionais ou programas voltados à promoção de atividades esportivas e sociais no local.

12.4 - Ressalta-se que tais contratações possuem caráter complementar e poderão ser realizadas oportunamente, não constituindo condição para a execução do objeto principal.

12.5 - Destaca-se, ainda, que a obra está vinculada a Termo de Compromisso previamente celebrado, não havendo previsão de etapas executivas dependentes de outros contratos, o que reforça a viabilidade de sua execução de forma autônoma e contínua.

12.6 - Dessa forma, conclui-se que **não há contratações interdependentes que possam comprometer o início ou a continuidade da execução do objeto**, estando a Administração apta a promover a contratação de forma independente, em conformidade com o planejamento realizado.

13 – IMPACTOS AMBIENTAIS - (ART. 18, § 1º, XII DA LEI 14.133/2021).

13.1. Primeiramente, deve ser destacado que a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e

envolvidos na prestação dos serviços. Os impactos são de natureza temporária e mitigáveis, incluindo geração de resíduos, poeira e ruídos. Serão adotadas medidas de controle e destinação adequada, conforme legislação vigente.

13.2. A contratada deverá observar ainda as seguintes legislações pertinentes:

- a) Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- b) Cumprir as diretrizes de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal, quando aplicável;
- c) Implementar plano para a gestão adequada dos resíduos sólidos gerados na obra;
- d) Realizar estudos detalhados para avaliar os potenciais impactos da obra e propor medidas de mitigação junto à contratante.
- e) destinação adequada dos resíduos;
- f) controle de poeira e ruídos durante a execução;
- g) observância da legislação ambiental vigente;
- h) obtenção de eventuais licenças ambientais, quando aplicável.

13.3 - Ressalta-se ainda que, a escolha da solução considerou as boas práticas de utilização de recursos, redução de desperdício e menor poluição, optando, portanto, pela alternativa que causará menor impacto ambiental.

13.4 - Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são mitigáveis e não representam impedimento à execução do objeto, desde que observadas as medidas de controle e a legislação aplicável, garantindo o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental.

14 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Termo de Compromisso e Recursos Próprios.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal de Tarauacá

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 01 – Gabinete da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Proj. /Ativ.: 1.610 – Construção e Revitalização de Espaços Esportivos

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte: 1.706.61.3110 – Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais - / R\$ 1.462.500,00
1.500.00.000 - Recursos Não Vinculados De Impostos / R\$ 67.724,30

15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO - (ART. 18, § 1º, XIII DA LEI 14.133/2021).

15.1 - Com base nas análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico, orçamentário e operacional, atendendo plenamente ao interesse público.

15.2 - Sob o aspecto técnico, verifica-se que o objeto está devidamente definido por meio de projeto aprovado no âmbito do Termo de Compromisso firmado, contendo todos os elementos necessários à sua adequada execução, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

15.3 - No que se refere ao aspecto econômico, a estimativa de custos foi elaborada com base em referências oficiais e metodologia adequada, demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado, além de observar critérios de economicidade e razoabilidade.

15.4 - Quanto ao aspecto orçamentário e financeiro, há previsão de recursos vinculados ao instrumento celebrado, bem como planejamento compatível com o cronograma físico-financeiro da obra, assegurando a capacidade de execução do objeto.

15.5 - Sob o aspecto operacional, a Administração dispõe de estrutura mínima necessária para acompanhamento e fiscalização da obra, com equipe técnica apta à gestão contratual, além de o objeto ser amplamente executado por empresas do setor de engenharia, garantindo competitividade no certame.

15.6 - Adicionalmente, foram avaliados os riscos envolvidos, as condições de execução, os impactos ambientais e as providências necessárias por parte da Administração, concluindo-se que não há impedimentos relevantes à realização da contratação.

15.7 - Dessa forma, verifica-se que a solução escolhida é adequada, exequível e alinhada às necessidades da Administração Pública, razão pela qual se recomenda o prosseguimento do

processo licitatório, visando à contratação de empresa especializada para execução do objeto.

15.8 - Conclui-se que a contratação é **plenamente viável**, sendo técnica e economicamente adequada, operacionalmente exequível e legalmente amparada, atendendo ao interesse público e contribuindo para o desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade de vida da população.

Tarauacá, 07 de abril de 2026.

Elaborado por:

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer
Portaria nº 237/2025

FRANCISCO EDNILTON SANTOS NASCIMENTO

Diretor de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer / Zona Urbana
Portaria nº 210/2025

ANA CAROLINE PORCEL RIBEIRO MAIA

Assessora Técnica de Engenharia
Portaria nº 202/2025
Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Aprovado por:

JOÃO JANICÉLIO MARINHO FONTENELES

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Decreto nº 041/2025

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p>ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX
(Processo Administrativo nº /202X)

CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO, TIPO A (CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA, MEIA QUADRA DE BASQUETE, PARQUINHO INFANTIL E PISTA DE CAMINHADA), SITUADA À AV. TANCREDO NEVES, NO BAIRRO AVELINO LEAL, NO MUNICÍPIO DE TARAUACÁ/ACRE, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 986844/2025, CELEBRADO COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (NOVO PAC).

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, no Bairro Avelino Leal, no município de**

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p>ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC), nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

Descrição	Unidade/Serviço	Referência	Valor Total
Construção de Espaço Esportivo, tipo A (Campo de Futebol com grama sintética, meia quadra de basquete, parquinho infantil e pista de caminhada), situada à Av. Tancredo Neves, no Bairro Avelino Leal, no município de Tarauacá/Acre, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 986844/2025, celebrado com o Ministério do Esporte através do Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC).	Construção	XXXXXX	XXXXXXX

- 1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- O Projeto Básico;
 - O Edital da Licitação;
 - A Proposta do contratado;
 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.
 - O regime de execução é de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da última data de assinatura do contrato.

2.2. Nos contratos por escopo, o prazo de execução será considerado automaticamente estendido até a conclusão do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração promover o devido registro, justificativa técnica e formalização administrativa da prorrogação, com a apuração de eventuais responsabilidades, por meio de termo de aditivo.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

2.3 - No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

2.4 - A contratada tem prazo de 3 (três) dias úteis para assinatura do contrato, a contar da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

8.5.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante via e-mail da contratada com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03[três] dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

2.5 - A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

2.6 - O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

2.7 - No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

2.8 - Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

2.9 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente desde que haja justificativa plausível dada pela empresa, anotadas tais circunstâncias mediante termo apostila.

DA EFICÁCIA

2.10 - A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre e Diário Oficial da União.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

2.11 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

2.12 - No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO

3.1 - O prazo de execução da referida obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de início na Ordem de Serviço. A Contratada deve obrigatoriamente apresentar um cronograma físico-financeiro, e este antes da ordem de serviço, deve ser aprovado pela Prefeitura Municipal de Tarauacá- AC.

CLÁUSULA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

4.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

4.5 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

4.6 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

4.7 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

4.8 - Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

4.9 - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

4.10 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.12 - Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

4.13 - Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4.14 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

4.15 - O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

4.16 - O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

4.17 - O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

4.18 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

FISCALIZAÇÃO

4.19 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

4.20 - A execução do objeto contratado será supervisionada e acompanhada pela Assessoria Técnica da Engenharia da Prefeitura Municipal de Tarauacá; A gestão do contrato será efetuada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

4.21 - A execução, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços serão de responsabilidade de servidor indicado pelo Gabinete do Secretário na condição de representante da Prefeitura Municipal de Tarauacá, o qual serão nomeados **‘gestor do contrato’** e **“fiscal do contrato”**, em conformidade com o art. 7 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

- 4.21.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;
- 4.21.2 - Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;
- 4.21.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;
- 4.21.4 Requerer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ao setor competente, as prorrogações e aditivos, se necessário e devidamente justificado;
- 4.21.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;
- 4.21.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;
- 4.21.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

4.22 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

4.23 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

4.24 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

4.25 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

4.26 - Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.27 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração devidamente designados nos termos do art. 117, da lei 14.133/21, tendo suas Portarias de nomeação publicadas no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE/AC).

4.28 – Em concomitância com Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022 em seu artigo 8º §1, os gestores e fiscais do instrumento contratual, serão designados em momento oportuno pela Prefeitura de Tarauacá/Acre e inicialmente figurarão como:

Gestor do Contrato:

Nome: José Carlos Bezerra da Silva

Cargo/Função: Coordenador de Esporte da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Administrativo do Contrato:

Nome: Francisco Ednilton Santos Nascimento

Cargo/Função: Diretor de Esporte / zona urbana da Sec. Mun. Esporte e Lazer

Fiscal Técnica:

Nome: Ana Caroline Porcel Ribeiro Maia

Assessora Técnica em Engenharia

Eng. Civil - CREA / 21.656-D / AC

Portaria nº 202/2025

GESTOR DO CONTRATO

4.28. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
 Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.29. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.30 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.31. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.32. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.33. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.34. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes do serviço, mediante justificativa técnica, vedada a subcontratação total do objeto.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

5.2 - Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da obra, conforme o artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 – Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4 – Qualquer subcontratação feita sem autorização escrita do contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

5.5 – A critério do fiscal do contrato, a contratada exigirá de seus subcontratados documentos equivalentes a habilitação técnica da contratada solicitada na etapa de habilitação do processo licitatório originário desta contratação que servirão para avaliar a capacidade técnica da subcontratada, a qual será juntada aos autos do processo correspondente.

5.6 – Caso seja autorizada a subcontratação, o fiscal exigirá que a contratada apresente cópia da ART / RRT dos serviços a serem realizados pela empresa subcontratada, mantida a responsabilidade solidária da contratada.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

6.1 - O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), de acordo com os valores especificados na Proposta e Cronograma Físico-Financeiro.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

7.2.- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando - se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.5.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

7.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

7.11. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

7.14.1. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14.2. Poderá o Contratante, após efetuar a análise das Notas Fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

7.14.3. Neste caso, a Contratada será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

7.14.4. A Contratada poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

7.14.5. Caso a Contratada não apresente impugnação à glosa pretendida, ou caso o Contratante não acolha as razões da impugnação, os valores da glosa serão deduzidos da respectiva Nota Fiscal.

7.14.6. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela Contratada, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

7.14.7. O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

7.15. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, após o vencimento da fatura, observado o prazo de 02 (dois) meses previsto no Art. 137, §2º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que a mora será calculada à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \times I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de atualização financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

VP = Valor da parcela em atraso

7.16 - Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

7.17- Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

7.18 - A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

7.19 - Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.20. Eventual renúncia expressa a reajuste deverá especificar o prazo e a parcela do objeto do Contrato submetidos à renúncia.

7.21 - Para o pagamento deve ser apresentada a seguinte documentação.

- a. Requerimento da empresa;
- b. ART's – Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- c. Boletim de medição (espelho da medição);
- d. Memória de cálculo da medição;
- e. Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital;
- f. Via do Diário de Obras do respectivo período de medição;
- g. PCMAT – Ministério do trabalho e Emprego (com 20 trabalhadores ou mais, contemplando as exigências contidas na NR 9 – programa de Prevenção e Riscos Ambientais); PPRA – Para as empresas com menos de 20 funcionários, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- h. PCMSO e LACAT, quando for o caso, acompanhado das respectivas ART's dos responsáveis;
- g) Certidão Negativa de Débitos com o INSS – para ingresso da solicitação da última medição; Baixa da matrícula da CEI – Cadastro do INSS (última medição) ou em até 90 dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório;
- j) Certidões de regularidade fiscal; (federal, estadual e municipal);

De forma Impressa – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via original de cada documento supracitado, com todas as páginas rubricadas e assinada em campo específico com as informações do seu responsável técnico pela elaboração.

De forma digital – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via digital de cada documento em formato PDF, no e-mail definido pelo fiscal do contrato. Os Documentos devem vir assinados por meio de assinatura eletrônica no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme subitem 1.6.2 da NR 01.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipeaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

7.22. A CONTRATADA solicitará ao CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato, a CONTRATADA, conforme cláusulas anteriores, apresentará nota fiscal de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE.

7.23 - Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme art. 145, da Lei Nº 14.133/2021

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI 12/ 2025.

8.2 - Para fins de reajustamento de preços em contratos administrativos, estes estarão vinculados ao transcurso de prazo de 01 (um) ano, a contar da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes), sob pena de preclusão do direito.

8.3 - Decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento, o reajuste será realizado de acordo com a aplicação do índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC —DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas, na hipótese de o serviço não possuir variação por outro índice setorial.

8.4 - O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos índices - INCC - Índice Nacional de Custo de Construção, cujo reajuste do valor contratual será calculado a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0) \times V}{I_0}$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I₀ = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

8.5 –Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

8.5.1 - Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no item 22.4 deste Termo, obedecendo-se os seguintes critérios:

8.5.2 -Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

8.5.3 - Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

8.5.4 -No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8.6. O pedido de solicitação de reajuste deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao engenheiro de fiscalização da obra.

8.6.1. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

8.6.2. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

8.7 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

8.8 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.9 - **O reajuste será realizado por apostilamento.**

8.10 - O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pela CONTRATADA não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda medidos, mesmo que já executados.

8.11 - A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

Cessão de Crédito

8.12 - As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.12.1 - A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.12.2 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.12.3 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.12.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

8.13 - O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos, bem como, neste contrato, constituem obrigações da contratante:

- a. Emitir ordens de início e de paralisação dos serviços.
- b. Liberar as áreas destinadas ao serviço.
- c. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro.
- d. Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.
- e. Pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, que forem regularmente liquidadas.
- f. Notificar a contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a rescisão, e/ou, ser for o caso, executar a garantia de execução e/ou aplicar as sanções previstas neste edital e em legislação pertinente.
- g. Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas no Edital e neste Contrato.
- h. Rejeitar os serviços executadas em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.
- i. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO/CONTRATANTE, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.
- j. Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato.
- k) Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos.
- l) Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
- m) Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

9.2 - Designar a gestão do contrato e a fiscalização da obra junto à Secretaria Municipal requisitante. Mediante a contratação dos serviços, a Prefeitura Municipal Tarauacá se obriga a:

1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas no termo e edital;
2. Promover através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
3. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
4. Informar à Contratada toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, objetivando medidas corretivas por parte da Contratada;

9.3 - Obrigatoriamente deverão ser promovidas as consultas ao CEIS, CNEP, SICAF e ao CNJ, por ocasião da celebração de contrato, devendo ser excluídas do procedimento as pessoas físicas ou jurídicas neles inscritas ou tomadas às necessárias providências para tornar efetivas as vedações determinadas;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

10.1 - A empresa CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços com os mesmos padrões e especificações daquelas constantes neste Projeto Básico e seus anexos, sob pena de não aceitação dos mesmos.

10.2 - A empresa CONTRATADA fornecerá a Prefeitura Municipal de Tarauacá todas as informações relacionadas ao serviço executado e disponibilizará todos os meios necessários à comprovação da qualidade;

10.3 - A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para atendimento às exigências da Fiscalização da CONTRATANTE;

10.4 - Todas as atividades deverão ser executadas por empregados devidamente qualificados para a prestação dos serviços demandados;

10.5 - Os serviços contratados deverão ser executados sob exclusividade e total responsabilidade da CONTRATADA, em consonância com as cláusulas e condições do objeto a ser executado, além das obrigações previstas no edital, incluindo todos os ônus relativos a:

I. Direção, controle geral e responsabilidade técnica da obra;

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipeaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

- II. Engajamento de mão-de-obra, especializada e/ou não, para o bom desempenho e qualidade da obra;
- III. Fornecimento dos materiais necessários para execução da obra, de acordo com as especificações do CONTRATANTE;
- IV. Seguro de acidente de trabalho e a Previdência Social da aludida mão-de-obra;
- V. Responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais causados ao Estado, ou a terceiros, na execução desses serviços, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, diretos ou indiretos, pelos ressarcimentos ou indenizações devidas;
- VI. Pagamento das contribuições devidas ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, salários, férias, indenizações trabalhistas e todas e quaisquer outras obrigações legais, relativas à mão-de-obra engajada;
- VII. Obtenção de licenças e alvará perante as repartições competentes, bem como, pagamento de todos os impostos que incidem ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente contrato e seus eventuais aditivos;
- VIII. Seguir as normas de segurança e medicina do trabalho.
- IX. Empregar materiais segundo as exatas especificações contidas no Memorial Descritivo e reparar, às suas expensas as obras que vierem a ser recusadas, estabelecendo- se, para tanto, prazos e condições da recusa e do reparo, bem como as penalidades cabíveis na hipótese de descumprimento.

10.6 - A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de adequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado será da empresa CONTRATADA;

10.7 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa prevista no Termo Contratual;

10.8 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA;

10.9 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.10- A CONTRATADA deve conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, conforme art. 43 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.

10.11 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.12 - A CONTRATADA terá a obrigação de cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz, conforme Art. 92, inc. XVII da Lei 14.133/2021.

10.13 É estritamente necessária a apresentação das ART'S referentes aos serviços da obra, antes do início dos serviços. Ela deve estar devidamente carimbada pelo órgão responsável e deve ser mantida no canteiro de obras durante todo o período de execução dos serviços, a fim de estar sempre disponível para a Fiscalização.

10.14 - Manter à disposição da fiscalização, nos locais dos serviços e apresentar sempre que exigidos, os seguintes elementos:

- b.1)** Livro de ocorrência diária;
- b.2)** Projetos e/ ou discriminações técnicas;
- b.3)** Registro das alterações realizadas;
- b.4)** Cópia do registro da ART junto ao CREA/AC, e demais documentos relativos à segurança dos serviços e exigências municipais

10.15 - Cabe à Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período da obra.

10.16 - Manter no local da obra engenheiro responsável, encarregado geral e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;

10.17 - Colocar placas indicativas no local onde será realizado os serviços, conforme legislação vigente;

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

10.18 - Manter diário de obra atualizado à disposição da fiscalização;

10.19 - A Contratada deverá manter até a entrega final da obra, a vigilância do local e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos, decorrentes dos materiais, equipamentos e outros pertinentes no local da obra.

10.20 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;

10.21 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante e à fiscalização, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos do objeto contratado.

10.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.23 - Cumprir todas as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, e diligenciar para que seus empregados e eventuais subcontratados efetuem os trabalhos utilizando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação ocorrerá por conta da Contratada, mantendo-se inalterados os prazos contratuais;

10.24 - Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local da obra durante toda a execução e até final, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificar vício, defeito ou incorreção resultante da execução ou do material empregado.

10.25 - Providenciar, por sua conta, todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive transporte e logística até o local da obra.

10.26 - Obedecer rigorosamente ao cronograma físico-financeiro aprovado pela administração, apresentando, quando solicitado, relatórios de andamento da obra.

10.27- Notificar com antecedência qualquer eventualidade que possa comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, para análise e deliberação da contratante.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

10.28- Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução da obra, com registro no CREA e ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) devidamente emitida e atualizada.

10.29 - Atender às exigências dos órgãos de controle e fiscalização, incluindo o TCU, TCE e Ministério Público, sempre que solicitado.

10.30 - Garantir condições adequadas de segurança, saúde e higiene para os trabalhadores, conforme a legislação vigente (NRs – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho).

10.31 - Preservar o meio ambiente, evitando danos à vegetação nativa, ao solo e aos recursos hídricos locais, em conformidade com as normas ambientais aplicáveis, quando for o caso.

10.32 - Executar os serviços com elevado padrão de qualidade, sendo responsável pela correção de eventuais vícios ou falhas que venham a ser constatadas, inclusive no período de garantia da obra.

10.33 – Manter os contatos telefônicos e e-mails disponibilizados na proposta comercial, caso tenha atualização, informar a CONTRATANTE. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas. As partes reconhecem o e-mail como meio oficial de comunicação para envio de ordens de serviço, notificações, solicitações e outras comunicações, sendo o e-mail cadastrado de inteira responsabilidade da Contratada. Qualquer alteração nos dados de contato (e-mail, representante, telefone) deverá ser comunicada formalmente à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência da mudança. A inobservância desta obrigação, que resulte no não recebimento de notificações ou comunicações, não eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais, considerando-se válidos os atos praticados no e-mail antigo. O descumprimento injustificado desta cláusula sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa por descumprimento de cláusula contratual e, em casos reincidentes que causem prejuízo, impedimento de licitar e contratar.

10.34 - A contratada deverá manter as condições de habilitação, inclusive o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

10.35 - O contrato compreenderá a totalidade dos serviços, baseado na relação de preços propostos pela Licitante, considerados finais e incluindo todos os encargos, taxas e bonificações.

10.36. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, para representá-lo nas questões inerentes a execução do contrato.

10.37. As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Tarauacá/Acre, sem implicar alterações do prazo contratual;

10.38. Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados à Contratante e a terceiros, durante a execução das obras e serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte;

10.39 - Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;

10.40 – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

10.41 - A empresa contratada deverá ter o cadastro e registrar os boletins de medição no Transferegov.br; e

10.42 - O registro do boletim de medição pela empresa contratada e o ateste pelo fiscal do conveniente, no Transferegov.br, são condições para o conveniente realizar o pagamento da parcela;

10.43 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

10.44. Ao final da obra, a CONTRATADA será obrigada (Espec. Técnica, item 2.7, pg. 04) a apresentação da guia de recolhimento das obrigações com o INSS, como também, os documentos relacionados à obra:

- Certidão Negativa de Débitos do INSS;
- Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS;
- Certidão de Quitação do ISS, referente ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Da Garantia de Execução Contratual

I – Como garantia do fiel cumprimento das suas obrigações contratuais nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021, a contratada obriga-se a apresentar garantia de valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para assinatura do Termo. A contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

1. Caução em dinheiro ou em Títulos da Dívida Pública.
2. Carta de Fiança Bancária.
3. Seguro Garantia.

II - A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

4. Deverá ser apresentada conforme item 24, sob pena de decair o direito à contratação.
5. O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 12 (doze) meses, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.
6. A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).
7. A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

8. A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.
9. Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.
10. No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à Prefeitura Municipal de Tarauacá.
11. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.
12. Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.
13. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
14. A carta de fiança deve ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:
 - Cópia autenticada do estatuto social do banco;
 - Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

- Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;
- Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

15. Se a modalidade escolhida for o Seguro Garantia, deverão ser obedecidos os seguintes critérios:

- A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP.
- A apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários.
- A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à contratada.
- A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.
- A apólice deve observar as circulares nº. 232/2003, 251/2004, 255/2004 e 256/2004 da SUSEP e aquelas que porventura venham complementá-las ou substituí-las.
- Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice.
- O seguro-garantia deverá ser livre de franquias.

16. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato.
- Objeto a ser contratado, especificado neste Edital.
- Nome e número do CNPJ do SEGURADO (Prefeitura Municipal de Tarauacá).
- Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora).
- Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

17. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar a Prefeitura Municipal de Tarauacá como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.
18. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta deste Contrato, atualizada a partir da data de recolhimento a Prefeitura Municipal de Tarauacá.
19. A perda da garantia em favor da Prefeitura Municipal de Tarauacá, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato.
20. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.
21. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente.
22. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.
23. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.
24. **O prazo para apresentação da garantia será de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021. As demais ficam o prazo contado de até 10 (dez) dias a contar da data de homologação da licitação.**

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

25. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021.
26. O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.
27. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, a Contratada, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.
28. A garantia, independentemente da modalidade escolhida, garantirá o pagamento de:
 - 28.1. Prejuízos resultantes do não cumprimento do objeto do contrato e do não cumprimento das demais obrigações nele estabelecidas;
 - 28.2. Prejuízos diretos causados à Administração devido a culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 28.3. Multas moratórias e punitivas impostas pela Administração à contratada; e
 - 28.4 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS de qualquer natureza, não cumpridas pelo contratado, quando aplicável.
- 29 - O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato, resultando em atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato de acordo com o inciso I do artigo 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

DA GARANTIA ADICIONAL DO LICITANTE

30 - No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DA OBRA

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
 Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	<p style="text-align: center;">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	--	---

12.1 - Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao dirigente do CONTRATANTE, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.

12.2 - O objeto do presente Termo de Referência será recebido provisoriamente pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, mediante termo circunstanciado, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal da contratada acerca da conclusão dos serviços. O recebimento provisório tem por finalidade a verificação inicial da conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais, não implicando aceitação definitiva da obra.

12.3 - O termo circunstanciado citado no item anterior deve, quando:

- a. os serviços estiverem EM CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, explicitar esse fato no texto, que deverá ser datado e assinado pelo responsável pelo recebimento.
- b. os serviços apresentarem NÃO CONFORMIDADE com os requisitos preestabelecidos, relacionar os serviços desconformes, explicando as razões das inconsistências, dando prazos para correção, que não poderão ser superiores a 90 dias.

12.4 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

12.5 Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o dirigente do órgão CONTRATANTE designará servidor ou comissão com no mínimo 02 (Dois) técnicos, que vistoriará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

12.6 O RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ocorrer em no máximo 90 (noventa) dias, contados a partir do decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato. Constatadas irregularidades, imperfeições ou desconformidades na execução, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização. O recebimento definitivo somente será efetivado após a plena regularização das pendências eventualmente identificadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

12.7 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

12.8 A assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cuja data fixa o início dos prazos previstos no artigo 618, do Código Civil não exime a CONTRATADA das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor e por este Contrato, nem exclui as garantias legais e contratuais, as quais podem ser arguidas pelo CONTRATANTE, dentro dos prazos de garantia e responsabilidade previstos em lei, se outro prazo não for estipulado neste Contrato.

12.9 Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, a garantia prestada pela CONTRATADA será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente, conforme procedimentos descritos na cláusula deste Contrato que trata de garantias.

12.10- O recebimento da obra ficará condicionado à apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos, quando aplicáveis:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de conclusão da obra;
- Projeto “as built”;
- Relatórios finais de execução;
- Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- Manual de operação e manutenção, quando couber.

12.11. Poderá ser realizada vistoria técnica conjunta entre a fiscalização e a contratada para fins de formalização do recebimento provisório e definitivo.

12.12. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, a obra executada em desacordo com as condições contratuais, devendo a contratada proceder às adequações necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão durante o certame;

-
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra (quando for o caso);

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei e der a inexecução parcial do contrato;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento e der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada e der causa à inexecução total do contrato;

13.1.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.1.6.6 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.6.7 – Em caso de rescisão por inexecução total do objeto.

13.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrastk2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% ao incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6,

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao contratante.

13.15. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipeaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

13.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.17. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, diário oficial do estado do Acre, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.17.1 - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.19. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.20. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.20.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

13.22. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2 - A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

14.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente contrato.

15.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3 - Em caso algum a Administração Pública pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista Previdenciária, Fiscal e Comercial, bem como aqueles resultantes de atos ilícitos praticados pela CONTRATADA e seus prepostos a terceiros.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas no Art. 137 e 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

DOS MOTIVOS

16.2 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- I. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- II. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- III. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- IV. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- V. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- VI. cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.3 -O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.4 A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

16.5 Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipeaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	<p align="center">ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER</p>	<p>Fls: _____</p> <p>Rubrica: _____</p>
---	---	---

valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

16.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

VII. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

VIII. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

IX. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Entidade: – Prefeitura Municipal de Tarauacá Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Unidade: 001 – Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer Função: 27 – Desporto e Lazer Sub função: 812 – Desporto Comunitário Programa: 14 – Tarauacá Melhor com o Esporte Projeto/Atividade: 1.610 – Construção e Revitalização de Espaços Esportivos Elemento: 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações Recurso: 1.700.61.3110 – Identificação das Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais. Valor Total: R\$ 1.462.500,00 Recurso: 1.500.00.000 – Recursos não Vinculados de Impostos Valor Total: R\$ 67.724,30

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal nº 129/2023

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

 <p>Poder Executivo - Gestão 2025 - 2028 PREFEITURA MUNICIPAL TARAUACÁ UNIDOS POR UM NOVO TEMPO</p>	ESTADO DO ACRE MUNICIPIO DE TARAUACÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	Fls: _____ Rubrica: _____
---	---	----------------------------------

de 26 de dezembro de 2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – NULIDADE DO CONTRATO

19.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

- I - impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II - riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- III - motivação social e ambiental do contrato;
- IV - custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- V - despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- VI - despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- VII - medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- VIII - custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- IX - fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- X - custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- XI - custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

19.1.1 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

19.2 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

19.2.1 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
 Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000

19.2.2 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

19.3 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.4 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 - Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Tarauacá- Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Tarauacá, XXXX de XXXXXX de 202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000



ESTADO DO ACRE
MUNICIPIO DE TARAUACÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E
LAZER

Fls: _____

Rubrica: _____

Gestor e Fiscal (Administrativo):

1. _____

Nome: _____

CPF: _____

2. _____

Nome: _____

CPF: _____

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e-mail: Secretariadeobrask2025@gmail.com
Endereço: Rua João Pessoa, nº 1670, bairro Ipepaconha - Tarauacá Acre - CEP: 69.970-000